



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ISABELA MARÍLIA SANTANA

O ACORDO RETÓRICO E A CONSTRUÇÃO TEXTUAL
DA PERSUAÇÃO: O DISCURSO POLÍTICO

São Cristóvão
2015

ISABELA MARÍLIA SANTANA

**O ACORDO RETÓRICO E A CONSTRUÇÃO TEXTUAL
DA PERSUASÃO: O DISCURSO POLÍTICO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, na Linha de pesquisa Teoria do Texto, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Geralda de Oliveira Santos Lima.

São Cristóvão,
29 de julho de 2015

ISABELA MARÍLIA SANTANA

**O ACORDO RETÓRICO E A CONSTRUÇÃO TEXTUAL DA
PERSUASÃO: discurso político.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, na Linha de pesquisa Teoria do Texto, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. GERALDA DE OLIVEIRA SANTOS LIMA.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a GERALDA DE OLIVEIRA SANTOS LIMA (Presidente)
Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. JOSÉ RAIMUNDO GALVÃO (Membro Interno)
Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. VALDINAR CUSTÓDIO FILHO (Membro Externo)
Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará
Universidade Federal do Ceará

Prof^a. Dr^a. CLEIDE EMÍLIA FAYE PEDROSA (Suplente)
Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. JOSÉ RICARDO CARVALHO DA SILVA (Suplente)
Doutor em Linguística pela Universidade Federal Fluminense
Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão,
29 de julho de 2015

Agradecimentos

Chega o fim de mais uma grande etapa que deixará saudades eternas, amigos insubstituíveis, momentos únicos e muito mais conhecimentos adquiridos. Concluir o mestrado, para mim, não é apenas a aquisição de mais um título, mas, sim, um desafio pessoal, a realização de um sonho que parecia impossível e uma alegria sem tamanho.

Outras fases virão, com certeza, as quais irão requerer muita dedicação e esforço. E cada fase das nossas vidas é marcada por pessoas especiais e inesquecíveis que deixam nossos dias mais felizes, e não podemos esquecer de agradecê-las nesse momento tão especial.

Agradeço primeiramente a Deus, por atender as minhas preces, por me dar forças para lutar e encarar a vida, por me mostrar que tudo tem seu tempo e por conceder todos os meus desejos no tempo certo.

À minha mãe Rosemary, pessoa insubstituível em minha vida, pelos ensinamentos, amor e compreensão diários.

À minha avó Tereza, por toda a preocupação e zelo que nos é dedicado.

Ao meu pai Jonas pelo carinho demonstrado.

Às minhas tias Sônia e Selma (e aos seus filhos Raphael, Gabriel e Stephany) pelo amor, incentivo, torcida, por acreditarem e por me mostrarem que sou capaz de ir mais além.

Ao meu noivo Marcos, pessoa maravilhosa, que com seu amor, compreensão, incentivo, tornou e torna meus dias mais felizes, obrigada pelo estímulo e por sempre acreditar em mim, te amo muito.

Aos meus amigos da vida que sempre torcem pelo meu sucesso, em especial às minhas amigas-irmãs Verônica e Laiane que sempre me apoiam e que ficam felizes com a minha felicidade. A Daiana, Pedro e minha princesinha Pérola que enchem meus dias de alegria. A Jaqueline, Monalisa e Pâmela que mesmo longe permanecem perto.

A todos os professores do *PPGL*, em especial, à minha orientadora Geralda, por ser uma mãe acadêmica, por me incentivar e por me apoiar sempre; e ao professor Raimundo Galvão por sua participação na minha banca e por sua atenção e contribuição com o meu trabalho.

À professora Márcia Mariano por sua participação na minha qualificação, por suas contribuições e dicas desde o curso de extensão e por ser tão amável e acolhedora.

Ao professor Valdinar por ter aceitado participar da minha banca de defesa de mestrado e por toda a sua receptividade de sempre. Como também as professoras Mônica Cavalcante, por toda sua contribuição e estímulo, e Mariza Brito por sua doçura e atenção.

Aos amigos conquistados no mestrado e a toda a minha turma 2013/1 por todos os momentos vividos, pelas confraternizações, pelas brincadeiras e pelo conhecimento mútuo. Em especial à Mel e Glícia por terem estado comigo desde a preparação da seleção até o fim. À Kívia por todos os momentos compartilhados. A Pedro por ser um apoio e um espelho na luta pelos meus objetivos. À Talita por sua doçura e amizade. E a meu amigo Carlos Júnior (“Junin”) que foi meu porto seguro e um amigo maravilhoso todo esse tempo, principalmente na fase de mais angústia que são as finalizações, um amigo que levarei para vida.

Agradeço, também, a todos os componentes do LETAM (Laboratório de Estudos em Texto, Argumentação e Memória) pelo apoio de sempre e torcida.

Enfim, a todos que fazem parte de meu convívio, que contribuíram direta e indiretamente para essa conquista e que torceram e torcem pelo meu sucesso e realização.

A linguagem deve ser considerada a experiência mais extensa.

(N. Rotenstreich)

RESUMO

Este trabalho está focado em questões concernentes à referenciação, no âmbito da Linguística Textual, e à Argumentação Retórica, tomando como base os pressupostos do *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica* – escrito por Perelman e Tyteca. À medida que os falantes escolhem *objetos de discurso* e recorrem a estratégias de referenciação para persuadir seus pares de suas concepções, sob a perspectiva sociodiscursiva e intencional, a realidade é (re)construída. Os elementos do processo argumentativo e do processo referencial se transformam para atender a uma proposta persuasiva. Assim, pretendemos, com esta pesquisa, analisar o modo como se processa o ato de persuadir a partir da reelaboração de *objetos de discurso* que possam sinalizar uma recategorização sem menção referencial explícita. Com isso, o sentido e as intenções argumentativas do discurso vão além do mencionado no cotexto, sendo esses objetos determinados por um contexto situacional. No caso do discurso político, esse contexto pode ser a realidade do auditório, visto que é a partir do *pathos* (auditório) que se constitui o *logos* (discurso), e que é nesse contexto de realidade que as recategorizações buscam suas inferências, envolvendo fatores cognitivos, relacionados a conhecimentos linguístico, enciclopédico e interacional. Propomos, assim, refletir sobre a interação sociodiscursiva de políticos, em suas campanhas eleitorais de 2012, da cidade de Simão Dias, interior de Sergipe. Para tanto, buscamos relacionar processos referenciais à orientação argumentativa persuasiva e mostramos, sobretudo, que o ato de persuadir está atrelado a processos referenciais e a um acordo retórico que assinalam a (re)construção do discurso argumentativo-persuasivo e referencial, e que os indivíduos ao construir seus discursos instauram um jogo discursivo mediante a progressão textual.

Palavras-chave: Referenciação. Argumentação. Recategorização sem menção referencial explícita. Acordo retórico. Discurso político.

RESUMEN

Este trabajo está enfocado en cuestiones concernientes a la Referenciación, en el ámbito de la Lingüística Textual, y a la Argumentación Retórica, tomando como base los presupuestos del *Tratado de la Argumentación* – La Nueva Retórica – escrito por Perelman y Tyteca. A medida que los hablantes escogen *objetos del discurso* y recurren a estrategias de referenciación para persuadir sus pares de sus concepciones, a partir de un proyecto sociodiscursivo e intencional, la realidad es reconstruida. Los elementos del proceso argumentativo y del proceso referencial se transforman para atender a una propuesta persuasiva. Así, pretendemos, con esta investigación, analizar el modo como se procesa el acto de persuadir a partir de la reelaboración de *objetos de discurso* que puedan señalar una recategorización sin mención referencial explícita. Con eso, el sentido y las intenciones argumentativas de esos discursos van allá de lo mencionado en el contexto, siendo determinados, de esta forma, por un contexto situacional. En el caso de los discursos políticos, ese contexto puede ser la realidad del auditorio, visto que es a partir del *pathos* (auditorio) que se constituye el *logos* (discurso), y que es en ese contexto de realidad que las recategorizaciones buscan sus interferencias, envolviendo factores cognitivos, relacionados a conocimientos lingüísticos, enciclopédico e interaccional. Proponemos, así, reflejar sobre la interacción sociodiscursiva de políticos, en sus campañas electorales de 2012, de la ciudad de Simão Dias, interior de Sergipe. Para tanto, buscamos relacionar procesos referenciales a la orientación argumentativa persuasiva, y mostramos, sobretudo, que el acto de persuadir está atrelado a procesos referenciales y a un acuerdo retórico que señalan la (re)construcción del discurso argumentativo-persuasivo y referencial, y que los individuos al construir sus discursos instauran un juego discursivo mediante la progresión textual.

Palabras clave: Referenciación. Argumentación. Recategorización sin mención referencial explícita. Acuerdo retórico. Discurso político.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – RECONSTRUÇÃO DA REALIDADE: A REFERENCIAÇÃO.....	16
1.1 O processo da recategorização: objetos de mundo e objetos de discurso.....	18
1.2 Recategorizações sem menção referencial explícita.....	23
1.3 O Contexto: um mundo de significações.....	29
CAPÍTULO 2 – POSTULADOS DA ARGUMENTAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA NOVA RETÓRICA PARA A CONSTRUÇÃO TEXTUAL DISCURSIVA.....	41
2.1 Considerações sobre algumas conceituações.....	46
2.2 O auditório como construção do processo argumentativo-retórico.....	52
2.3 O acordo retórico: fatos e/ou presunções.....	58
CAPÍTULO 3 – CONSTRUÇÃO DE REFERENTES E CONSTRUÇÃO PERSUASIVA NOS DISCURSOS POLÍTICOS: ALGUMAS ANÁLISES E DEMONSTRAÇÕES.....	67
3.1 O gênero político.....	67
3.2 O acordo propriamente dito.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

"Os homens escolhem seus meios com relação aos seus fins" (ARISTÓTELES, [300 a.c] 2007: p.50).

A linguagem é (e sempre foi) um fenômeno de extrema importância nas sociedades, desde os primórdios das discussões a respeito do que ela exerce, do seu papel no estabelecimento das relações interpessoais até a contemporaneidade. Ao estabelecer a comunicação e a interação, ela é usada para trocar informações, descrever sentimentos e sensações, propagar ideias e valores. Usamos a palavra para representar e reconstruir o mundo, para exprimir nossas crenças e valores.

É instrumento de manifestação histórica, social e cultural. Ela reflete a realidade de um ser, de um povo, de uma nação. Por ser interação, proporciona ao ser humano a capacidade de exercer influência sobre o outro e, se bem conduzida, pode ser aliada nas propostas de convencimento e persuasão, reconstruindo, assim, a realidade a partir de uma intenção discursiva, daí, podermos dizer que linguagem é uma atividade discursiva. Ferreira (2010) assinala que o modo como tratamos a palavra e como organizamos o discurso pode ser fundamental para encontrar o caminho do convencimento/persuasão.

O discurso é tratado como uma unidade semântico-pragmática, como um contínuo comunicativo textual, que para ser bem estruturado, constitui-se em texto. Segundo Hanks (2008), texto é a forma linguística unida a sua interpretação discursiva; é a união da forma com princípios extralinguísticos mesclando, assim, preceitos pragmáticos e interacionais. O texto/discurso¹ “costura” as informações e sentidos e os lança no desenrolar (progressão) textual a partir de uma capacidade subjetiva de seu produtor em relacionar língua, sentido, significado, intenções, enfim, é algo incessante, constante que abre inúmeros caminhos na construção e reconstrução da realidade e dos sentidos. Os dados, informações e argumentos latentes nesses textos/discursos se apoiam em conhecimentos enciclopédicos, linguísticos, cognitivos e interacionais. Eles que dão suporte às inferências a serem feitas a partir do que vem sendo “dito” explicitamente.

¹ Nesta dissertação, consideramos o termo *discurso* como equivalente a texto, visto que pesquisamos sob uma abordagem sociodiscursivo-interacional.

A falta de linguagem implicaria na inexistência da sociedade e da humanidade, e que o próprio da linguagem é significar. Ela nos surpreende, encanta-nos e proporciona-nos o próprio atributo e vantagem de possuí-la para que possamos utilizá-la com vistas a conquistar nossos objetivos e pretensões, para descrever, redescrever, elaborar e reelaborar a realidade, o mundo ao nosso redor.

As teorias de análises de textos que nos propomos abordar nesta pesquisa adotam concepções discursivas e sociocognitivas e trazem o pressuposto de que os sentidos dos modelos textuais se estabelecem a partir de elementos de ordem social, cognitiva, cultural e histórica, levando em consideração as crenças, os valores, as posições e os desejos de seus interlocutores (VAN DIJK, 2012). Dessa forma, os sujeitos sociais (re)constroem seus modelos de mundo textual-discursivos, transformando-os em *objetos de discurso* (MONDADA; DUBOIS, 2003) de acordo com um projeto de dizer, não se considerando, portanto, a questão da língua somente como código e da questão da referência como correspondência entre língua e mundo, mas sim levando-se em conta a relação entre sujeito, percepção, língua e mundo.

As concepções aqui adotadas propõem que o texto seja visto como uma sequência de atos de linguagem. Marcuschi (1983, p. 22) destaca que os indivíduos “são responsáveis pelos processos de formação de sentidos comprometidos com processos sociais e configurações ideológicas”. Nessa perspectiva, o estudo em questão almeja focar questões concernentes à Linguística Textual contemporânea (KOCH, 2009) e à Nova Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), propondo versar sobre um tema bastante relevante que envolve a reconstrução da realidade por meio de estratégias da persuasão e de processos da referencialização. Pois, à medida que são escolhidos referentes e estratégias para convencer/persuadir² seus pares por intermédio de um projeto intencional, a realidade é recategorizada e os elementos do processo argumentativo e do referencial se transformam para atender a uma proposta persuasiva.

Propomos, então, analisar a interação sociodiscursiva de políticos em suas campanhas para prefeitos e vereadores, em 2012, na cidade de Simão Dias, interior de Sergipe, buscando mostrar a relação entre as estratégias referenciais e a orientação argumentativa para a construção dos sentidos do discurso político. Para tanto, pretendemos

² Doravante, os termos convencer e persuadir, podemos dizer, andam juntos, um complementando o outro, não são a mesma coisa, mas ambos contribuem para definir a construção argumentativa dos discursos.

focar nossa investigação, no interior de uma abordagem mais ampla, no fenômeno da *recategorização sem menção anafórica* (CUSTÓDIO FILHO, 2012). A seleção de recursos linguísticos, cognitivos e persuasivos, aos quais, os indivíduos recorrem ao construir seus discursos, instaura um jogo discursivo-argumentativo mediante a progressão textual, sempre se voltando para um acordo retórico (PERELMAN E TYTECA, 2005) estabelecido entre os meios de persuasão (orador, auditório e discurso). Logo, uma das manifestações mais importantes desse jogo seria a recategorização de maneira geral, com destaque neste momento para a sem menção referencial explícita.

Procuramos mostrar, dentre o percurso das pesquisas em referenciação, o que concerne à construção de referentes, levando-se em conta que essa elaboração é passível de não se limitar, apenas, a expressões referenciais presentes na superfície textual (APOTHÉLOZ; PEKAREK DOEHLER, 2011; CAVALCANTE, 2011), visto que tais entidades referenciais colaboram argumentativamente para a construção do ponto de vista, do modo de falar e pensar do enunciador (do discurso). Assim sendo, estratégias da referenciação e da retórica, valores e posições, evidenciam inúmeros aspectos que contribuem para uma proposta persuasiva e destacam, entre outros fatores, o conhecimento humano, compartilhado, reelaborando, assim, os discursos a partir dos fenômenos da referenciação.

Entender a referência de maneira discursiva introduz uma gama de atores sociais que dão sentido a língua e ao mundo. Assim sendo, a língua é ação pública e realizada no discurso, que se estabelece através do partilhamento, modificação e reconstrução de sentidos, concepções e experiências, para que se possa: dizer, opinar, refutar, interferir, convencer, persuadir, entre outras ações, sempre, influenciadas pelos seus interlocutores que, juntos, negociam e articulam *objetos de discurso* (referentes) de acordo com seus projetos de dizer, reconstruindo-os continuamente. Assim é que, diante dessa dinâmica textual, identificamos uma atividade argumentativa reguladora de sentidos que evidencia a construção de pontos de vista.

Em se tratando do *corpus* proposto analisado, percebemos que os sujeitos, no caso os políticos, objetivam, muito mais do que transmitir informações e expor metas, eles desenvolvem enunciados com a pretensão de persuadir, convencer, atrair apoio e confiança. É perceptível o jogo argumentativo instaurado em que expressões e descrições nominais, através de esquemas e estratégias referenciais e retóricas complexas, modificam-se e reconstroem sentidos em função de uma intenção discursiva, comunicativa e,

principalmente, persuasiva, estabelecendo relações intersubjetivas. Eles buscam sentido e/ou significação para os seus enunciados, para suas escolhas linguísticas e para suas intenções persuasivas em processos de inferenciação que envolvem contextos histórico, cultural, cognitivo, situacional, do seu público alvo/auditório/interlocutores.

Assim, o sujeito falante elabora enunciados que trazem consigo sintagmas nominais e/ou expressões, com certa carga de juízo de valor, as quais orientam argumentativamente o texto. Essas expressões referenciais não possuem sentido estrito e apenas lexical, são objetos reconstruídos, são dotadas de ideologias e de valores socialmente adquiridos, de carga argumentativa.

No tocante à construção de sentidos e à construção do próprio discurso, buscamos perceber e analisar de que forma e com que funções as expressões ou descrições nominais recategorizam e orientam argumentativamente o texto/discurso dos políticos em suas práticas sociais, visando persuadir e/ou convencer seus pares de sua proposta de sentido em função de um querer-dizer. É necessário evidenciar que a argumentação pode e merece ser considerada, aqui, não apenas como um tipo textual, mas, sobretudo, como uma prática discursiva e persuasiva. É, portanto, à luz de análises textual-discursivas que a Linguística de Texto na atualidade tem corroborado para a compreensão e interpretação dos múltiplos e complexos papéis desempenhados pelo texto/discurso na construção de diferentes universos sociais.

Por ser o texto uma entidade multifacetada, surge a necessidade de inserir em sua produção, recepção e compreensão elementos de ordem multidisciplinar. Daí, é necessário envolver vários conceitos e contribuições que dizem respeito a uma concepção sociocognitiva, interacionista e sociodiscursiva. Por isso, destacamos nosso interesse de trabalhar com essas duas áreas do conhecimento (a Linguística de Texto e a Nova Retórica) para a análise dos discursos políticos, com o intuito de que os pressupostos da Nova Retórica possam contribuir para demonstrar a construção textual-discursiva da persuasão nesses textos. Outro fato que merece ser justificado é a escolha pelo gênero textual – discurso político – a qual surgiu do interesse em demonstrar a construção da persuasão num tipo de discurso em que ela é bastante presente e que se utiliza de diversas estratégias de linguagem.

Nosso objetivo geral é, portanto, analisar como se processa o ato de persuadir a partir de referentes construídos nos discursos dos políticos selecionados para esta investigação, visto que, esses referentes podem sinalizar uma recategorização sem menção

referencial explícita, ou seja, o sentido e as intenções argumentativas desses discursos podem ser determinados por um contexto não linguístico ou situacional. No caso desses discursos, esse contexto (não linguístico) pode ser a realidade do auditório, já que é com base neste que o discurso é constituído, e que pode *estar* lá nesse contexto a âncora que as recategorizações busquem suas inferências estabelecendo, assim, o acordo retórico. Para a execução desta proposta elencamos os seguintes objetivos específicos:

- 1- demonstrar a importância do acordo retórico proposto por Perelman e Tyteca (2005) para os estudos de construção textual-discursiva persuasiva;
- 2- evidenciar a relação entre o acordo retórico e a recategorização sem menção referencial explícita na elaboração dos discursos políticos.
- 3- ressaltar a questão dos argumentos particulares e universais no jogo argumentativo e no acordo retórico. Assim, perceber em quais momentos os universais servem de truque retórico e destacar os argumentos particulares na construção dos discursos políticos como forma de interesse particular.

Nossa hipótese é, portanto, a de que o fenômeno da referenciação, com sua elaboração e reelaboração de referentes, destacado, nesta pesquisa, pelo processo da recategorização sem menção referencial explícita, colabora para a construção argumentativa/ persuasiva (ou retórica) desses discursos e leva em conta um conjunto de interesses evidenciado num acordo retórico feito pelas partes do discurso (enunciador e enunciatário). O interesse, assim, recai na retórica da textualização dos argumentos que vai constituir a persuasão, mostrando ao mesmo tempo uma construção textual↔uma construção discursiva↔e uma construção retórica/ persuasiva, como também pragmática.

Diante do exposto, este estudo se define pelos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística de Texto, na atualidade, em interface com a Nova Retórica. Está dividido em três partes que se entrelaçam para demonstrar a construção textual-discursiva da persuasão nos discursos políticos.

A primeira parte, intitulada *Reconstrução da realidade: a referenciação*, foi dedicada a dissertar sobre a referenciação, seus aspectos e processos de reconstrução da realidade. Esse primeiro capítulo é dividido em três subtópicos: (1) “O processo da recategorização: objetos de mundo e objetos de discurso” – trata da atividade de construção e reconstrução de sentidos ao longo da progressão textual, mostrando como ideias e informações se inserem no contínuo discursivo; (2) “Recategorizações sem menção referencial explícita” – pretende mostrar uma segunda tendência do processo de

recategorização, que vai buscar significações além do cotexto, do explícito, que é o “ponto-chave” dessa pesquisa, tentar demonstrar a construção da persuasão através dessa recategorização juntamente com os processos e aspectos argumentativos; (3) “O Contexto: um mundo de significações” – foca os tipos de contextos que podemos utilizar quando falamos de referência e argumentação e que contribuem para a construção de sentidos.

Na segunda parte, intitulada *Postulados da argumentação: contribuições da nova retórica para a construção textual-discursiva*, falamos de argumentação, também, como um processo de reconstrução da realidade, pois o falante se utiliza do léxico e do sentido para persuadir o outro de acordo com seu projeto de dizer. Dividimos três subtópicos: (1) “Considerações sobre algumas conceituações” – procuramos conceituar a argumentação, a retórica, a persuasão, dentre outros fenômenos. Mencionamos, também, alguns pressupostos teóricos, a partir dos quais nos embasaremos; (2) “O auditório como construção do processo argumentativo-retórico” – assinalamos a importância do auditório na construção da persuasão e na construção do próprio discurso. Nesta seção, aparecem, também, algumas reflexões sobre *persuadir* e *convencer*; (3) “O acordo retórico: fatos e/ou presunções” – no qual demonstramos as partes e os elementos que compõem o acordo na conjuntura argumentativo-persuasiva e suas funções na construção da persuasão.

O terceiro capítulo, intitulado “Construção de referentes e construção persuasiva nos discursos políticos: algumas análises e demonstrações”, é dedicado à análise dos discursos políticos, cujo objetivo é mostrar que fenômenos de referência, especialmente, o processo de recategorização referencial sem menção no cotexto, colaboram argumentativamente, de forma persuasiva, na construção de sentidos dos discursos dos políticos de candidatos a prefeito e vereadores do município de Simão Dias, em 2012. Com isso, vamos mostrar como esses aspectos que destacam o ato de persuadir vão contribuir para o enriquecimento do modelo textual. Está dividido em dois subtópicos: (1) “O gênero político” – procuraremos conceituar e definir o discurso político; (2) “O acordo propriamente dito” - serão feitas algumas análises e demonstrações unindo o acordo retórico a recategorização sem menção referencial explícita.

CAPÍTULO 1 – RECONSTRUÇÃO DA REALIDADE: A REFERENCIAÇÃO

Este capítulo possui sua importância pelo fato de que ao produzir um discurso, ao tentar persuadir seu auditório, ao fazer uso da linguagem, ao agir textualmente e discursivamente, nós reconstruímos a realidade ao nosso redor. Seja referencialmente ou argumentativamente, utilizamos nosso arcabouço informacional e contextual para criarmos e recriarmos o que está ao nosso redor, por isso esse lugar destacado para tais questões.

A Linguística de Texto (LT) tem percorrido um longo caminho até os dias atuais e muito se tem discutido em torno das diferentes concepções de texto/discurso e dos fatores que o influenciam, sobretudo, na sua confecção, funcionamento, organicidade e compreensão. Devido a isso, podemos considerar que “[...] a linguística textual tem como ambição fornecer instrumentos de leitura das produções discursivas humanas.” (ADAM, 2008, p. 25). A referenciação, objeto de pesquisa de vários estudiosos da área (APOTHÉLOZ; PEKAREK DOEHLER, 2011; KOCH, 2009; MONDADA; DUBOIS 2003; CAVALCANTE 2012, 2011), aparece como uma atividade discursiva construtora de sentidos na qual a referência, como cita Koch (2009), “diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso constrói os ‘objetos’ a que faz remissão (‘objetos-de-discurso’), ao mesmo tempo que é tributário dessa construção” (KOCH, 2009, p. 15).

Essas discussões contribuem para uma visão construtiva e para um aprofundamento no conhecimento da produção textual de sentidos, as quais passaram a considerar o texto/discurso sob uma abordagem sociocognitiva (VAN DIJK, 2008) e interacional. Nessa perspectiva, o discurso é orientado argumentativamente por uma vontade de fazer sentido, por um querer-dizer ocasionando o encadeamento referencial, as expressões nominais se combinam e apresentam o objeto. Assim, “uma categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, a concorrer com outras categorias sugeridas, e produzindo sentido a partir do contraste com as precedentes” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 33). A forma como essas autoras fazem menção a um referente é de extrema importância para estabelecer a argumentação, daí, a relação da teoria tratada por elas com os processos e estratégias referenciais.

O ato de argumentar constrói instâncias de significação através do encadeamento de expressões atributivas, predicativas, persuasivas, dentre outros fatores, que recategorizam o texto como um todo, na medida em que “a interação social por intermédio da língua

caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade.” (KOCH, 2000, p.19). Diante disso, podemos dizer que as palavras, e até mesmo as estratégias referenciais, são instrumentos da argumentação, os elementos disponíveis no repertório linguístico são utilizados de maneira criativa para enriquecer os textos, dando mais credibilidade, assumindo carga argumentativa e levando em conta a interação com o outro.

A Linguística de Texto na atualidade abraça alguns pressupostos, como o da tese da construção dos sentidos determinada pela linguagem em uso; de texto como unidade funcional nos processos comunicativos a partir do qual os sentidos emergem, como também do social poder ser empreendido, como artefato dinâmico, como evento comunicativo altamente complexo. Consideramos, assim, que “o texto emerge de um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção de sentidos.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 58). Daí a justificativa para o diálogo retórico trazido nesta pesquisa.

Outro ponto abordado de grande importância é a questão do sociocognitismo, pois julga as questões mentais e socioculturais como de grande utilidade na análise, interpretação e (re)construção de sentidos nos textos – ideia de processamento ligado à percepção, mente corporificada e cognição como um fenômeno situado e social. Diante disso, o estatuto do texto precisa ser determinado além do cotexto (importante como ponto de partida), além da superfície textual para uma completude dos sentidos.

Segundo Cavalcante e Custódio Filho (2010), a polifonia também seu lugar de destaque. As várias vozes contidas no texto/discurso se constroem à medida que os sujeitos se inter-relacionam, se comunicam, interagem no momento da enunciação e transformam os objetos de mundo em *objetos do discurso* por meio de suas experiências particulares. A partir desse momento de mudanças, atentamos para a questão da coerência na dinâmica textual, a qual passa a ser considerada como resultado das ações sociodiscursivas dos usuários numa dada situação de comunicação, envolvendo aspectos cognitivos e contextuais, e ajuda no compartilhamento de conhecimentos linguístico-textuais e de conhecimentos de mundo, e não como mera interpretação semântica das relações estabelecidas na superfície textual. Diante disso, e assumindo a perspectiva da referenciação, interessa-nos a evolução da concepção de coerência, ou seja, para a (re)construção da coerência textual,

todos os indícios cotextuais e as inferências engatilhadas por eles se articulam, tornam-se coesas, e nos ajudam a compor um todo significativo para dada situação sociodiscursiva. Assim, o texto ‘não representa a materialidade do cotexto, nem é somente o conjunto de elementos que se organizam numa superfície material suportada pelo discurso; o texto é uma construção que cada um faz a partir da relação que se estabelece entre enunciador, sentido/referência e co-enunciador, num dado contexto sociocultural. Por isso está inevitavelmente atrelado a uma enunciação ‘discursiva’ (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 61).

Cavalcante de Custódio Filho (2010) trazem outra questão importante: a não separação total entre texto e discurso, duas dimensões interdependentes e complementares. As fronteiras entre ambos são tênues, no sentido de que devem andar juntos, um dando suporte ao outro, o texto estruturando o discurso e este dando sentido e inferência ao texto, um engrandecendo o trabalho e as especificidades do outro. Afinal, a concepção que se adota nessa área de pesquisa é de texto como artefato dinâmico e criativo, multifacetado e interdisciplinar, aberto à diversas contribuições de outras áreas do conhecimento, ocasionando um ganho significativo e explicativo no avanço teórico-metodológico na LT. Eles assinalam, também, que o texto é composto de uma parte (ponta do *iceberg*) finita, unidade material (cotexto) que para ser mais bem entendida precisa se relacionar com outras instâncias menos materiais (o extralinguístico/contexto), como também pode ser todo o *iceberg*, todo o conjunto.

As concepções e os conceitos adotados pela LT, em face da complexidade do texto, são de suma importância para os estudos sobre linguagem, pelo fato de fazer comunicar vários campos de estudos, de se buscar respostas e compreensões em diversas teorias das mais diversas áreas, de mostrar as relações e as contribuições de cada um para se compreender o todo. Os elementos de um texto se combinam, organizam-se de maneira interativa e discursiva, levando em conta cada função desempenhada por cada elemento linguístico, cognitivo, persuasivo, interacional, para juntos construírem o percurso dos sentidos do texto. Um campo potencial para condutor de nossas discussões, envolvendo tais fenômenos é o processo de recategorização.

1.1. Processo de recategorização: objetos de mundo e objetos de discurso

Uma questão de grande importância que permeia os estudos sobre a referenciação é a reconstrução da realidade. Blinkstein, citado por Koch (2009), afirma que a realidade,

para o indivíduo, não passa de um produto da percepção cultural. Ou seja, “a realidade é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais, que condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem [...]” (KOCH, 2009, p. 51). Assim, o indivíduo transforma o real em referente de acordo com seu projeto de dizer, suas crenças, opiniões, posicionamento e intenções, daí a relação da referencialização com a verossimilhança, com o que pode ser real, verdadeiro. O referente passa a ser considerado *objeto do discurso* no interior dessas operações de referencialização. Para Koch (2012, p.34),

os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.

Os objetos de discurso não são fixos, tampouco o são os objetos do mundo. Os elementos dados a referir se constroem e reconstroem nas práticas discursivas, interativas e sociais de acordo com os contextos com que possuem relação e/ou em que estão inseridos. Essa transformação da realidade em *objetos de discurso* a partir de um projeto de dizer gera e sofre ao mesmo tempo uma instabilidade constitutiva, ou seja, as expressões e as inferências se movem e adquirem diversos sentidos a partir dos diferentes contextos, diversos conhecimentos partilhados, nas negociações, enfim, nas atividades verbais, através das categorias linguísticas, e não verbais, através do nível perceptual.

As palavras enunciadas, sejam escritas ou orais, raramente (para não dizer quase nunca) procuram expressar seu sentido estrito e lexical, denotativo, fiel; dentro dum enunciado, dum discurso, elas adquirem uma carga discursiva própria da enunciação a que são submetidas. Elas representam, argumentam, fazem referências, expressam opiniões, visões e objetivos, sempre, a partir duma realidade referente ao que está diante do “olho” de seu enunciador com vistas a um interlocutor e a um determinado objetivo. “O problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

Esse sentido dado ao mundo a partir da construção e reconstrução de referentes é o que podemos chamar de referenciação, processo que iremos trabalhar nesta pesquisa não somente como importantíssimo na construção textual/discursiva, mas também na construção da persuasão. Alegamos que, para construir e reconstruir a realidade e para dar uma nova roupagem aos objetos do mundo, é imprescindível a utilização da função argumentativa, pois os *objetos de discurso* são criados e recriados a partir duma proposta de fazer sentido em meio à intersubjetividade das negociações, de um determinado falante para um determinado ouvinte, com uma intenção, com objetivos e com finalidades explícitas e, principalmente, implícitas.

Para Rastier, citado por Mondada e Dubois (2003, p. 20), a referenciação não diz respeito a “uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado”.

A estabilidade é adquirida através das categorias manifestadas no discurso que, apesar de se movimentarem no curso de suas reconstruções, possuem um limite de significações oriundo do projeto de sentido e dos itens lexicais que estão presentes no liame do texto (cotexto), o que podemos chamar de pistas linguísticas. Há nesse processo de instabilidade e estabilidade das categorias um sujeito *encarnado* e *sociocognitivo* que possui relações indiretas e dinâmicas com o mundo e com o discurso, as quais discretizam a língua e os objetos de mundo, dando sentido a eles e criando entidades dentro do discurso com características sociais e individuais na medida das intenções.

No que diz respeito à variabilidade das categorizações pelos atores sociais, ela pode acontecer de várias maneiras, sobre vários projetos de sentido. Como já dito, a escolha de um papel social, de uma opinião, de uma indução, dentre outras, vai depender dum ponto de vista e/ou de um contexto específico. Por exemplo, no caso dos discursos políticos, o *corpus* desta pesquisa, estes são conduzidos a um auditório com o intuito de gerar um convencimento, como também uma ação (persuasão). São atribuídas a essas categorias presentes adequações e estabilizações, de modo a corroborar com os anseios do falante e, principalmente, de seus interlocutores. Em outros contextos, esse mesmo discurso pode ter outra função e outra dimensão, daí ele se desestabiliza para novamente encontrar uma estabilidade dentro daquele novo ambiente de significações e pretensões.

Como elencado, não há como negar que, dentro desse processo complexo de práticas discursivas, sociais e cognitivas, de utilização da linguagem, de movimentos

perceptuais e linguísticos, há um enorme esforço argumentativo que molda o contexto, as categorias, a categorização e todo o processo linguístico, afinal, reconstruir o mundo é utilizar a linguagem e é colocar a função argumentativa em ação. “Tais variações no discurso poderiam ser interpretadas como dependentes da pragmática da enunciação, mais que da semântica dos objetos” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 23). Isso é o que podemos chamar de passagem da referência à referencição, é passar de apenas referir, fazer menção e retomar para reconstruir e reformular as práticas sociais e os sentidos dentro do discurso.

[...] os objetos sociais não são um desvio do modo “normal” de referir [...] trata-se de considerar a referência aos objetos do mundo psíquico e natural, no âmbito de uma concepção geral do processo de categorização discursiva e cognitiva tal como eles são observáveis nas práticas situadas dos sujeitos (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 23).

Não há como negar que a instabilidade e estabilidade das categorias possuem estreitas relações com o sociocognitivismo, pelo fato de deixar-se penetrar na reconstrução dos sentidos fatores de ordem psicológica e social, envolvendo o conhecimento de mundo compartilhado entre os interlocutores, seus valores, crenças, ideologias e opiniões. Segundo Mondada e Dubois (2003), essas categorias são conduzidas em um *continuum* das experiências humanas que encaminha os sentidos para uma variabilidade de significações possíveis, ou seja, cada entidade construída possui um fim determinado e está de acordo com um contexto, ela serve de hipótese, de algo que possa encaixar naquela proposta de sentido. Para elas,

os sistemas cognitivos humanos parecem particularmente adaptados à construção de tais categorias flexíveis, *ad hoc* e úteis a todos os fins práticos, dependentes tanto mais da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que de restrições impostas pela materialidade do mundo (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 24).

Esse processo confere às categorias uma plasticidade linguística e cognitiva, garantindo a variabilidade de sentidos dentro dum texto/discurso que vai se adequando contextualmente e de acordo com as circunstâncias e com o projeto de dizer. O contexto discursivo é reenquadrado e as entidades (objetos de discurso) e categorias são transformadas, recategorizadas. Tais categorias são lançadas no discurso com diversos propósitos. “A ‘mesma’ cena pode, mais geralmente, ser tematizada diferentemente e pode evoluir – no tempo discursivo e narrativo – focalizando diferentes partes ou aspectos”

(MONDADA; DUBOIS, 2003, p.25). Isso acontece devido a contextos e situações que moldam os recursos linguísticos e os dotam de cargas discursivas que atraem a atenção do leitor para uma entidade ou para uma significação específica. Assim, pode-se dizer que essas transformações são sensíveis ao contexto e ocorrem devido à competência e à intenção dos autores em nomear um sentido para determinada entidade em novas situações.

Podemos comparar essa adequação a um determinado contexto ou a uma situação com a verossimilhança, pelo fato de a adequação e a estabilidade estarem de acordo com aquilo que pode se tornar possível, são hipóteses, são construções que podem se encaixar em um dado ambiente. Desse modo, “[...] observa-se que o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência para as categorias pode ser ‘decategorizado’ tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 27).

Essa “busca pela hipótese possível” interessa ser atrelada com o poder de argumentar, de organizar a linguagem para fins específicos, de utilizar recursos que possam gerar a adesão (persuasão), mesmo que não imediata. Os processos de referenciação, podemos dizer, são por si só, processos de argumentação, pois reconstroem as categorias e/ou os *objetos de discurso*, assinalam a instabilidade das categorias e instigam o processamento da linguagem.

Os processos de estabilização e de instabilização de categorias do mundo em categorias do discurso estão diretamente ligados à categorização e à recategorização de referentes, pois ambas dizem respeito às práticas e aos discursos que emanam do texto. A recategorização referencial é um processo eminentemente discursivo e, às vezes, não linear. O processo de recategorização referencial pode ocorrer mediante a escolha de elementos linguísticos (e/ou não linguísticos) que são utilizados pelos locutores com fins específicos e que necessitam de um conhecimento partilhado entre seus interlocutores para que se concretize sua proposta de sentido.

Essa instabilidade de formas referenciais pela recategorização influencia a formação dos pontos de vista dos interlocutores sobre os *objetos de discurso*, ou seja, o que é atribuído a um referente pode ser reconstruído ou até mesmo alterado mediante recorrência a mecanismos de inferenciação mais complexos, ancorados em mudanças de contexto, de opinião, de finalidades discursivas. Para tanto, propomos uma interface com a Nova Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Essa proposta leva em conta a relação que há entre estratégias de referenciação e a argumentação, na medida em

que as escolhas lexicais feitas a partir de processos referenciais têm a ver com o projeto de um *querer-dizer*, de modo condizente com a sua proposta de sentidos, destacando a orientação argumentativa, uma das funções cognitivo-discursivas das expressões referenciais (CAVALCANTE, 2012).

1.2. Recategorização sem menção referencial explícita

Para compreender esta questão, é preciso saber que a recategorização clássica consiste numa estratégia textual-discursiva na qual os interlocutores reformulam os objetos de mundo já categorizados de acordo com as diferentes condições enunciativas, durante a progressão do texto. As expressões referenciais são retomadas, mas são remodeladas acrescentando novos sentidos e novas roupagens, enriquecendo o modelo textual.

Na recategorização sem menção referencial explícita, também, há um redimensionamento na construção de sentidos, mas essa referencialidade não está somente ligada ao referente explícito, mencionado no texto, mas sim a algo fora do modelo textual, a um conhecimento sociocognitivo-interacional. O processo exige bastante conhecimento partilhado entre os interlocutores, uma vez que vai buscar significância na realidade e/ou na situação do ouvinte ou auditório, todo o contexto é acionado para dar respostas e para fazer com que a recategorização se processe. Esta, ainda, é palco de grandes discussões no meio da Linguística Textual contemporânea e em outros ambientes. É uma noção bastante discursiva, contextual e que requer conhecimento de mundo partilhado entre os interlocutores, sofrendo influências de aspectos sociocognitivos e interacionais. Essas recategorizações vão mais além do que está explícito, mais além do cotexto, sendo este considerado como pistas linguísticas que dão sinais e norteiam a translocação do sentido. Corroborando, assim, com o que assinala o autor seguinte:

Além de entender como as relações entre as expressões referenciais podem ser tratadas sob o viés sociocognitivo-discursivo, importa saber como os referentes, construtos fundamentais para a produção dos sentidos, são elaborados, levando-se em conta que tal construção é passível de ocorrer dentro de uma dinâmica muito mais ampla, que não se limita, exclusivamente, ao universo das expressões referenciais (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 844).

Esse autor diz que, quando tratamos da primeira tendência da referenciação, já podemos dizer que foi um avanço no estudo da referência, pelo fato de destacar as

funcionalidades discursivas que as expressões referenciais assumem quando recategorizadas. Quando assumimos a segunda tendência da referenciação, assinalamos uma percepção ainda maior, quando vemos a necessidade de uma construção de sentidos ocasionada num contexto que vai além do dito, ou seja, o foco deixa de ser apenas as relações entre os sintagmas nominais. “Tal possibilidade só passa a ser considerada quando se assumem, ou melhor, quando se levam em conta, nas análises, as consequências do princípio de que a construção do sentido é resultado da integração de múltiplos fatores (linguísticos e extralinguísticos)” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 149).

Nesse sentido é que nos propomos atribuir à construção dos discursos políticos esse tipo de estratégia e de recurso textual-discursivo-argumentativo como proposta persuasiva. No caso em questão, o sentido será efetivado no contexto político e situacional da cidade. Segundo Custódio Filho (2012, p. 840), “assumir esse outro olhar implica levar em conta a integração de múltiplos fatores para a construção da referência”.

Nessa tendência, há uma focalização maior no referente construído e recategorizado do que na expressão referencial. As entidades construídas possuem um aspecto sociocognitivo e cultural que ocasionam uma familiaridade do interlocutor/ouvinte, fazendo com que esse estabeleça uma adesão às propostas lançadas.

A recategorização por si só já possui um propósito argumentativo quando reformula e constrói os sentidos sobrepostos na progressão discursiva a partir de sintagmas referenciados. A utilização desse tipo de recategorização sem menção referencial explícita destaca mais ainda a proposta argumentativo-persuasiva, pois assinala uma compreensão que está fora do explícito e constitui uma interpretação diretamente ligada ao conhecimento partilhado entre interlocutores.

A adesão por esse tipo de recategorização não quer dizer que haja uma exclusão às propostas anteriores da referenciação (referência à referenciação, por exemplo), elas se complementam e possuem a mesma base. A diferença é o foco de análise, pois, na que nos propomos aderir, há uma ressignificação na construção da referência e uma integração de vários elementos linguísticos e, principalmente, extralinguísticos que se constituem no contexto situacional e fora do liame do textual, ampliando dessa forma a noção de texto/discurso.

Na tendência majoritária, esse princípio é também considerado, mas ele [...] está sempre a serviço da elucidação da relação entre expressões referenciais. O que se está defendendo aqui é que a integração de múltiplos fatores indica possibilidades de estudo ainda não investigadas,

mas que, se pararmos para pensar, podem ser consideradas como desdobramentos ‘naturalmente’ esperados em relação ao que se vinha pesquisando (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 845).

Segundo o autor, o questionamento que ronda essa tendência posterior diz respeito à maneira com que os diversos elementos de construção textual de ordem verbal, não verbal, cognitiva, social, histórica e circunstancial se configuram no processo de reconstrução da realidade, no processo argumentativo e no processo de construção dos referentes, das entidades. É uma proposta que integra esses aspectos e que prioriza a interação dentro do constructo multifacetado que é o texto.

Ele ainda engloba, na mesma obra, alguns postulados dos recentes estudos sobre essa tendência da recategorização, tais como:

- a consideração de que a recategorização é resultante da conjunção de várias porções cotextuais, e não apenas da ‘ligação’ entre expressões referenciais (LEITE, 2007a, 2007b);
 - a possibilidade de uma expressão referencial retomar um objeto de discurso presente em outro contexto, o que fala em favor de uma anáfora intertextual (COSTA, 2007);
 - a constatação de que elementos multimodais também promovem a construção dos referentes (MONDADA, 2005; CUSTÓDIO FILHO, 2009, 2011);
 - a verificação de que a construção de referentes pode se dar sem a menção referencial.
- (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 845).

Essas são algumas das concepções que norteiam as noções sobre essa recategorização sem menção referencial e reorientam os pressupostos de construção dos referentes, pois evidenciam que determinado sentido pode ocorrer a partir dum sintagma nominal ou não. A significação pode ser transportada para outra dimensão de compreensão, para um campo de conhecimento partilhado do ouvinte/leitor/espectador, de ordem contextual e situacional.

Outro ponto relacionado a essa questão é a introdução referencial que também gera muitas discussões e polêmicas pelo fato de reconstruir conceitos. O ponto discutido é se determinada expressão referencial introduzida no texto/discurso é apenas uma categorização ou se ela já vem dotada de cargas discursivas e argumentativas, se já vem

recategorizada e se já faz menção a uma instância de sentido que está fora dos domínios cotextuais.

Assim, Cavalcante (2011) assinala que o referente é a entidade construída na própria interação e que nem sempre provém e/ou se explicita a partir de uma expressão referencial, seja de que maneira for, ou se introduzindo, ou se recategorizando ou apenas se mantendo. Essa afirmação, como já foi explicitada e que também é reforçada por essa autora, não se sobrepõe a concepção anterior de recategorização, apenas complementa, até porque o que está no liame do texto é de suma importância para estabilizar as categorias e para estabelecer um enquadramento lexical como também discursivo.

Pensando nessa segunda tendência, podemos dizer que as estratégias discursivas, referenciais e, conseqüentemente, argumentativas são mais presentes e mais complexas que o ambiente das expressões referenciais. Isso quer dizer que buscar um sentido levando em consideração as expressões lexicais conjuntamente com um raciocínio e com uma percepção das estratégias estabelecidas para a construção do texto/discurso buscando significação em aspectos extralinguísticos traz uma ampliação e uma transformação no entendimento e na construção e reconstrução dos sentidos.

A nossa opção por salientar esse tipo de estratégia no presente estudo reside no fato de que as construções textual-discursivas dos discursos dos políticos destacam a persuasão duma maneira pragmática, contextual e cognitiva, e, que, para dar conta e para melhor entendermos a dinâmica e a interação desses discursos, é necessário relacionar a argumentação retórica com esse tipo de recategorização, que vai além do que foi explícito, que exige um conhecimento pragmático e sociocognitivo.

Desta forma, essa tendência (assim também como esse estudo) “[...] caminha no sentido de reconhecer que, mesmo quando um referente é manifesto no texto por uma expressão nominal, não é obrigatório que as transformações sofridas se restrinjam ao universo das relações internominais [...]” (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 848). Restringindo-se, também, a partir dum apanhado de elementos co (n) textuais e de várias porções do cotexto que ativam a cognição.

Pretendemos explicar como a recategorização acontece a partir da junção de todos esses elementos e aspectos integrados baseados na proposta de sentido do enunciador, da sua intenção em direcionar determinado discurso para um interlocutor e de aproximar cada vez mais suas inferências das crenças desse espectador, principalmente quando se pretende obter uma reação ou uma adesão.

Custódio Filho (2012) diz que cada tipo de interação possui uma dinâmica específica. Sendo os valores atribuídos de acordo com essa dinâmica, eles também não se limitam às expressões referenciais e procuram se estabelecer num constructo moral, ético, cultural e social, pertencentes a um projeto de dizer e baseados no conhecimento de mundo compartilhado. A trama textual pode passar por configurações as mais diversas e as mais complexas, o que, aliás, se coaduna com a concepção de texto atualmente assumida pela Linguística Textual. (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 851).

Se, nos processos anteriores, há um caminho que vai do entorno sociocognitivo para a expressão, no processo de recategorização sem menção, o caminho vai do cotexto para a elaboração sociocognitiva empreendida pelo interlocutor. Desta forma, “a recategorização sem menção referencial, portanto, abre uma linha de investigação que pode contribuir para uma abordagem sistemática do complexo processo de produção e atribuição de sentidos via texto.” (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 853).

O fenômeno da referenciação é, sem dúvidas, um dos que mais sinaliza a linguagem em ação, como também é um dos mais complexos em raciocínio e estratégias. Importa salientar que esse processo colabora bastante com a argumentação, na hora de optar por uma ou outra expressão ou por uma ou outra inferência. Trabalhar essa tendência de recategorização sem menção referencial é de extrema utilidade para explicar a complexidade de tal fenômeno, como também para dar conta do constructo dinâmico e interacional que é o texto. Assim, considera-se que

o movimento percebido em torno da segunda tendência pode ser considerado como um desdobramento esperado das investigações na área. Uma vez que referir é, também, dar sentido, fatalmente teríamos de ser levados a reconhecer que a constituição do sentido envolve “muitas coisas”. Essas muitas coisas entraram indubitavelmente na agenda dos estudos sobre referenciação e, embora não exclusivamente, já dão a tônica de como serão as investigações futuras (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 854).

Além desse processo de recategorização referencial sem menção anafórica dar conta da construção e reconstrução de sentidos, da complexidade e das estratégias da referenciação, também é o que mais caracteriza a orientação argumentativa dos discursos políticos, é o que dá mais explicação no tocante à carga argumentativa e persuasiva desses modelos textual-discursivos, pelo fato de envolver o contextual e o situacional, por incluir o conhecimento de mundo do auditório para se construir o texto/discurso.

As expressões nominais, chamadas de pistas linguísticas, não deixam de ser importantes na construção dos objetos de discurso, na reconstrução da realidade, pois cumprem funções importantes no processo discursivo. Elas assinalam os pontos de vista potencializando a argumentatividade do texto/discurso, no entanto, há uma significação mais completa e mais ampla, quando buscamos a complementação do sentido daqueles enunciados no contexto, no que não está explícito, do que se encontra no plano cognitivo e extralinguístico.

O referente, durante a progressão textual, à medida que vai sendo retomado e recategorizado, sofre transformações e, com base nos mais variados fatores linguístico e extralinguístico, recorre a aspectos outros que contribuem para a compreensão textual no processo interativo entre os interlocutores. Esse referente passa por um processo de idas e vindas que favorece a dinâmica textual-discursiva, sendo mais discursivo que formal e pode buscar significação em contextos situacionais, não se limitando, apenas, às expressões nominais.

Analisar diferentes gêneros pode sugerir diferentes análises, desse modo, propomos nesta pesquisa uma análise textual-discursiva de discursos políticos a qual contempla os pressupostos da Linguística Textual com foco na recategorização sem menção às expressões nominais juntamente com os pressupostos e as estratégias argumentativas trazidas pela Nova Retórica de Perelman e Tyteca (2005), que dão ênfase ao auditório, ou seja, a um interlocutor e todo o contexto em que ele se encontra (incluindo valores, crenças, dentre outros).

Tanto a referenciação como a argumentação são funções discursivas e extremamente interativas, pois utilizam a linguagem para interagir, para reconstruir o mundo e os sentidos, por estabelecer contato com um interlocutor (ou vários, podendo ser um auditório), incluindo fatores de diferentes ordens, como social, cognitivo, histórico, cultural, enfim, esses processos envolvem uma gama de conhecimento, vezes conhecimento reconstruído e reorganizado.

O ato argumentativo visa um público-alvo (como será visto no capítulo seguinte), ou seja, faz com que o orador construa seu texto/discurso com o intuito de convencer o(s) outro(s) de suas propostas e premissas, utilizando-se da dialética e da interação. Isso não quer dizer que o falante despreze seus valores e suas crenças para transparecer ou se adaptar a outros sem que sequer acredite ou os entenda. Ele os mescla e se utiliza de

estratégias linguísticas eficientes que respeitem as dimensões socioculturais próprias do auditório. Assim,

[...] existem condições prévias para a argumentação: a pessoa deve, notadamente, conceber-se como dividida em pelo menos dois interlocutores que participem da deliberação. [...] O mínimo indispensável à argumentação parece ser a existência de uma linguagem em comum, de uma técnica que possibilite a comunicação. [...] Em nosso mundo hierarquizado, ordenado, existem geralmente regras que estabelecem como a conversa pode iniciar-se, um acordo prévio resultante das próprias normas da vida social (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 16-17).

1.3 O Contexto: um mundo de significações

Como já foi mencionado no estudo em questão, é fato que a linguagem constrói e reconstrói a realidade. É na elaboração de enunciados que são construídos os sentidos que nos rodeiam e que compõem o mundo. Esses sentidos brotam dos seres humanos que, dotados de intenções discursivas, transformam o conhecimento e moldam suas concepções e visões e, conseqüentemente, seus discursos, sofrendo, também, influências de inúmeros fatores.

É nessa elaboração de discursos, de enunciados e de textos, e, em meio a esse leque de intenções discursivas, que se articulam linguagem e contexto. O que acontece é que a língua e as informações de um determinado texto/discurso são moldadas por esses contextos, sociais, históricos, interpessoais, cognitivos, dentre outros.

Os elementos que compõem os diversos tipos de contextos são baseados nos conhecimentos dos indivíduos, nas suas crenças e nas suas intenções argumentativas. “De um ponto de vista linguístico, é preciso dizer que o contexto entra na construção do sentido dos enunciados. Com efeito, todo enunciado, por mais breve ou complexo que ele seja, tem sempre necessidade de um co(n)texto.” (ADAM, 2008, p. 52)

O contexto é definidor das conversas diárias, das decisões, das posições estabelecidas, de um ponto de vista, de intenções discursivas, enfim, o discurso equivale ou responde ao contexto em variados graus. Esses fatos levam à questão de que a linguística na atualidade se posiciona na coarticulação entre vários sistemas, como o linguístico, o cognitivo, o extralinguístico e o uso da língua. Dessa forma, o contexto é

um conceito teórico, estritamente baseado em relações. Não há contexto que não seja ‘contexto de’, ou ‘contexto para’. Como este conceito é tratado depende de como são construídos outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, dentre outros (HANKS, 2008, p. 174).

Várias são as concepções de contextos e vários são os modos (contextos) de moldar a linguagem. O fato de se voltar para uma somente pode ocasionar a incompletude do sentido e a falta de entendimento das especificidades dos textos/discursos. “A linguagem é um elemento importante, se não for o definidor, em grande parte da vida social, e as ideias sobre a linguagem tem tido um impacto fundamental sobre a teoria social no último século.” (HANKS, 2008, p. 170).

Segundo Van Dijk (2012), “não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele) mas a maneira como os participantes definem essa situação.” (VAN DIJK, 2012, p. 11). Ou seja, é o indivíduo, seus aspectos (inter)subjetivos e suas interações enquanto membros de grupos e comunidades que constroem o contexto. Por isso,

o contexto não é dado a priori, mas construído segundo as negociações efetuadas pelos sujeitos durante sua própria atividade comunicativa. Trata-se de um conceito dinâmico, portanto, cuja determinação é ininterruptamente reconstruída nas/por atividades linguísticas a serem realizadas ou interpretadas pelos sujeitos (BENTES; REZENDE, 2008, p. 35)

Van Dijk (2012) define o contexto sobre variados vieses, sobre algumas visões que ele acredita serem primordiais para a construção do conhecimento. Para ele, os contextos são: construtos subjetivos dos participantes, são experiências únicas, tipo específico de modelo da experiência, esquemas, possuem bases sociais, são dinâmicos e amplamente planejados, são funções pragmáticas de seus modelos, são relevantes, possuem seus macro e micro modelos, são culturalmente variáveis, possuem aspectos cognitivos. Enfim, são e possuem uma gama de conceitos e princípios que fazem parte da maioria (para não dizer de todas) as variações da linguagem.

Dentro das abordagens sobre contexto, segundo Hanks (2008), há três concepções que se interligam e que são bastante contribuidoras à linguística pelo fato de tratar o contexto como algo construído pela interação, pelas trocas comunicativas e pela própria enunciação no momento da negociação do conhecimento. São elas a teoria dos atos de fala, a teoria da relevância e as abordagens da conversação. Essas visões se encaixam

perfeitamente no presente estudo por destacar as práticas sociais e interativas, por considerar o texto/discurso como algo construído nas trocas de conhecimento e por levar em consideração o conhecimento partilhado, as crenças do interlocutor e suas posições, ponto este bastante crucial nesta pesquisa.

Hanks (2008) traz como primeira teoria abordada a dos atos de fala que foca as relações entre as formas linguísticas e as circunstâncias expressas pelas condições de felicidade e pela doutrina das forças; a segunda teoria é a da conversação que prioriza as inferências obtidas na construção e interpretação dos discursos e as posições e crenças dos sujeitos, relacionando com suas máximas (qualidade, quantidade, relação e modo); e a terceira, mas não menos importante, a teoria da relevância que traz a combinação de conhecimentos lógicos, enciclopédicos e lexicais, e até mesmo os interacionais, considerando, também, as inferências como importantes na troca de conhecimentos.

Várias são as vertentes que abordam o contexto e as práticas sociais de interação e trocas comunicativas. A etnometodologia e a análise da conversação são duas das teorias que mais destacam a interação face a face, que trazem a construção e reconstrução da realidade nas práticas do dia a dia, nas relações humanas, priorizam a linguagem em interação, tornando-se importante foco de observação da língua e linguagem. É nessa interação face a face, de trocas entre indivíduos que vários contextos podem estar presentes, e influenciarem no estabelecimento dos sentidos, na reconstrução da realidade, na formação dos pontos de vista e na criação e recriação dos *objetos de discurso*, sendo assim, a recategorização dos sentidos.

Os psicolinguistas e os cognitivistas consideram o contexto como algo que brota do conhecimento de mundo partilhado e de representações mentais, fatores importantes que influenciam na elaboração das significações, dos sentidos.

O contexto é local e efêmero, isto é, dura pouco, prioriza o individual sobre o coletivo (enunciador sobre o auditório), reduz estruturas sociais aos comportamentos individuais. Contexto, aqui, constitui um ambiente da interação face a face, centrado sobre o processo emergente de enunciação.

Outra abordagem diferente dessa (mas que pode não ser oposta ou antagônica, e que pode sim vir a complementar) refere-se a um contexto global e duradouro, com escopo social e histórico maior que qualquer enunciado momentâneo. “Os sistemas de referência explicativos são as condições sociais que são anteriores à produção do discurso [...]” (HANKS, 2008, p. 171). Dentro dessa abordagem, destacamos as contribuições da ACD

(Análise Crítica do Discurso) que trata o discurso sob a perspectiva das práticas discursivas sob as quais os textos são produzidos; como prática social que inclui história, ideologia e hegemonia; e como forma linguística.

Nossa proposta de análise se utiliza de pressupostos das duas abordagens, nem totalmente de uma nem superficialmente da outra e vice-versa. O contexto, para esta pesquisa, pode ser efêmero, pode levar em conta fatores de ordem conversacionais e momentâneos como também permitir que o social, o histórico, o cultural influenciem nas interpretações, nas práticas linguísticas, nas intenções argumentativas e nos projetos de dizer partilhando, assim, da opinião do enunciador.

Como sabemos, o discurso político vai exigir que se leve em consideração os dois aspectos, pois leva em conta o momento da fala, da proferição do discurso, que é onde o locutor estabelece a interação com seu interlocutor, que mantém contato com seu auditório, deixando-o ciente dos seus pontos de vista e utilizando suas estratégias de convencimento e persuasão; como também leva em consideração um contexto mais global e duradouro, pois admite que no momento da interação e da troca de conhecimento, fatores de ordem social, cultural e histórica influenciam e determinam as posições, crenças e ações dos interlocutores. Essa correlação contribui bastante para a Linguística por engrandecer o debate sobre seus modos de análises, pois as práticas discursivas configuram-se em contextos de variados níveis e aspectos.

O contexto pode ser alterado e adquirir diversas configurações diante de uma mudança no foco de atenção dos sujeitos participantes da elocução/enunciação. Ele pode ser criado, construído e alterado a partir da troca de conhecimento das interações, dependendo as intenções discursivas de seus interactantes de forma constante em suas ações cotidianas e de cunho enriquecedor de sentidos.

Essas práticas configuram e determinam, com efeito, os contextos. Em conformidade com Hanks (2008), nenhum estudo sobre o contexto que tente dar conta das especificidades formais das práticas enunciativas e de seu encaixamento social (*social embedding*) deve rejeitar as divisões rotineiras entre fenômenos de micro e macronível. Não há, portanto, um único alicerce teórico do contexto para dar conta de todos os fatores sobre linguagem, mas há explicações em vários deles.

Koch (2002) também afirma a importância de olhar o contexto sobre dois pontos, a ideia de contexto ampliado, que considera a atividade comunicativa sob o viés sociocultural, considerada como *macrotexto*; e a ideia de contexto imediato, levando em

conta a situação de comunicação, considerando o *microtexto*. Além disso, leva em conta os conhecimentos prévios do interlocutor, seus saberes e pontos de vista, como também sua própria linguagem, ou seja, o modo como interagirmos, um repertório de palavras e inferências adequadas a situação contextual.

Hanks ainda define dois vieses para todo esse arsenal de concepções em torno do contexto: a emergência e a incorporação. O primeiro está associado ao chamado tempo real da produção do enunciado, o momento da interação e de trocas comunicativas, de coprodução. Já a incorporação descreve o momento do enunciado num contexto mais amplo, mais duradouro e que interfere no discurso sócio-histórico. No entanto, em consonância com o referido autor, a emergência pode ser compreendida em níveis temporais diferentes e a incorporação pode ser aplicada a campos mais locais de produção do enunciado, ou seja, um interfere e possui relações estreitas com o outro, enriquecendo as interpretações e os sentidos do texto.

A emergência é dividida em: contexto como uma situação momentânea, em cenários relevantes e em campo semiótico, simbólico e demonstrativo. No primeiro aspecto temos o contexto da situação de fala, de interação face a face, situado e de trocas comunicativas e discursivas. Admitimos que seja nessa interação imediata que começa a socialização, que fatores sociais começam a interferir na construção dos sentidos, sendo esse contato situado bastante importante para a sociedade e para as relações humanas. Ponto bastante relevante na análise de discursos políticos, pois é nesse momento de trocas discursivas que o locutor tem contato com seu auditório, demonstra suas posições e objetivos, tenta os persuadir. De acordo com Schutz (1970a, p. 163), citado por Hanks (2008),

os sujeitos sociais se desenvolvem em um mundo de relações intersubjetivas, no qual outros são dados para eles como objetos no espaço e como outros eus [...]. Eles compartilham de uma reciprocidade primitiva no sentido de que cada um existe em relação com outro. Eles são partes de um 'nós' mútuo, cada um situado em um mundo também ocupado por outros (HANKS, 2008, p. 176).

Nessa correlação, os participantes da interação se colocam um no lugar do outro, levando em consideração as perspectivas do seu interlocutor e assumindo, muitas vezes, suas posições. Eles se encontram no mesmo fluxo temporal e numa mesma situação de interação, adquirindo, assim, uma reciprocidade. Não se deve esquecer, contudo, que cada

situação possui seus próprios aspectos e, e estes são caracterizados como um espaço de possibilidades, de prováveis acontecimentos e consentimentos (como também no ambiente político). Daí o fato de que “todo texto constrói, de forma mais ou menos explícita, seu contexto de enunciação.” (ADAM, 2008, p. 56).

Nessa troca comunicativa e pragmática, é visível um grande esforço argumentativo-persuasivo, uma notória utilização de estratégias textual-discursivas para que essas possibilidades se tornem concretas, ou seja, para que o interlocutor assuma as posições daquele que enuncia, e para que a verossimilhança deixe de ser apenas potencial e passe a ser efetiva. Dessa forma, qualquer discurso dialógico (Hanks, 2008) pode ser visto como situado na medida em que ele ocorre em situações interacionais. Isso significa dizer que cada enunciado possui uma significação de acordo com o contexto e a situação em que se encontra, de acordo com os projetos de dizer dos enunciadores, do seu espaço-temporal e dos seus objetivos discursivos.

O outro tipo de contexto emergencial diz respeito aos chamados cenários relevantes que vêm para complementar o primeiro tipo, já que uma situação momentânea não define todos os traços fundamentais de uma interação. Esse tipo traz as formulações como internas ao contexto interativo, as quais ilustram a conversão de uma simples situação a um cenário social. Tais cenários compreendem uma unidade contextual mais estruturada; dotados de expectativas, de significados, de compreensão mútua entre as partes e de um sistema de relevância. Ou seja, espera-se que tudo que for enunciado pelo falante estará de acordo com o cenário no qual ele e a situação estão inseridos.

As formulações são categorizações dos cenários, revelam os julgamentos e concepções dos participantes do processo interativo e o que eles consideram como relevantes diante dos acontecimentos. Para Hanks (2008), introduzir o conceito de relevância traz uma mudança na concepção de contexto, pois expressam os pontos de interesse para o falante no estabelecimento de sua proposta discursiva e, consequentemente, assinalam o conhecimento e a experiência dos sujeitos. Segundo esse autor,

A referência à história dos sujeitos para quem algo é temático efetivamente expande o âmbito do contexto, que passa do presente vivido da percepção situada para um passado rememorado e sedimentado através da experiência cotidiana. Em resumo, ao se introduzir a noção de relevância, o contexto se torna uma estrutura hierárquica conectada a uma história não-local (HANKS, 2008, p. 179).

Isto é, leva em conta o presente, o momento da interação, mas também inclui na construção de sentidos fatores de ordem social, histórica, cultural, os quais envolvem o conhecimento partilhado dos interlocutores e suas propostas de sentido.

Outra variação de contexto se evidencia nos chamados campos semióticos, simbólicos e demonstrativos. Esta variação se baseia na proposta do autor Buhler, citado por Hanks (2008). Essa proposta enriquece o estudo do contexto e complementa sua concepção, trazendo novos aspectos a serem observados e levados em consideração na análise de enunciados. Ela une o campo das palavras e dos signos (semiótico) e o campo imediato no qual um enunciado é produzido (demonstrativo ou indicial), herdando as características dos cenários, mas transformando-as através das especificidades da semiótica e suas relações (sintática, semântica e pragmática), dando significância aos objetos de discurso presentes.

O campo demonstrativo é o que ele chama de *eu-aqui-agora* (dêiticos), os quais são índices referenciais que representam um contexto, um campo de sentidos através do código linguístico expresso. Esses “dêiticos ‘invocam’ o cenário, porque eles são indiciais, mas não o ‘formulam’, porque eles carecem de conteúdo descritivo” (HANKS, 2008, p. 181). Além desses termos intitulados de dêiticos, temos também os elementos de referência indiciais que são expressões que acabam por invocar o cenário e por demonstrar uma significância.

O que é mais importante sobre a indicialidade, para nossos objetivos, é o modo pelo qual variedades referenciais e não-referenciais servem para articular a língua, como um sistema geral, com o contexto do enunciado. As categorias dêíticas de qualquer língua, e a combinação dessas categorias em frases, sentenças e enunciados, revelam modelos esquemáticos para o contexto (HANKS, 2008, p. 182).

Sendo assim, a combinação das categorias linguísticas (sejam elas dêíticas ou não) assinala esquemas de significação, também, conhecidos como *frames* ou *scripts*, que são modelos de sentido prontos que estabelecem determinados aspectos próprios daquela situação ou cenário. Esse campo demonstrativo orienta o foco de atenção subjetivo dos interlocutores através das especificidades do ambiente de comunicação e interação. Esses aspectos refletem e transformam o contexto; determinam os objetos de discurso; constroem os cenários; selecionam os sistemas de relevância; orientam os projetos de dizer dos

falantes, recategorizando, desta forma, as categorias linguísticas e reconstruindo os sentidos do texto/discurso; fazem com que as sentenças e os enunciados interajam entre si e exalem significância; e orientam a coerência temática e global.

O campo emergente possui relações com o tempo, sendo uma consequência da utilização do contexto pelas práticas linguísticas. Para Hanks (2008), a emergência acarreta tempo, mas é diferente dele, na medida em que esse fenômeno descreve a relação entre várias unidades de produção do discurso. É importante salientar, também, que quando os interlocutores interagem num cenário, sua percepção é orientada pelos aspectos que eles julgam relevantes (teoria da relevância), e, quando estão presentes no campo demonstrativo, esses aspectos são orientados pelos signos.

Os três aspectos emergentes (situação, cenário e campo demonstrativo) são imbricados e só fazem sentido juntos, sendo sua separação em tipos, apenas, didática e com o intuito de distingui-los e analisá-los. “A emergência está em tudo relacionada à estrutura, e descrever o contexto como emergente implica assumir que ele é estruturado.” (HANKS, 2008, p. 183). Estudar contexto é, pois, estudar a conexão desses aspectos, e a relação de conexão, entre eles, é o que se chama de incorporação ou encaixamento. Esse modelo emergente é o ponto de partida para o estudo do discurso e da construção dos sentidos. Assim, tornam-se necessárias outras explicações para que as análises possam ser mais completas e globais. Dessa forma, dizemos que esses contextos também variam, além das estruturas e sistemas linguísticos, levam em conta outros aspectos para a determinação dos sentidos. Portanto, são eles os chamados campos sociais ou incorporação, que, ao mesmo tempo em que acrescenta novos aspectos, une os três campos emergentes, imbrica-os e está presente em todos eles.

O campo social é um espaço delimitado de posições e de tomadas de posições por meio das quais os valores circundam e determinam os projetos de sentido. Hanks (2008, p. 185) postula que “a incorporação textual nunca é um mero acréscimo ou entorno externo para aspectos do discurso ou da interação. Em qualquer nível que o examinarmos, o contexto é constituído de relações de incorporação”.

É sabido que os sistemas e as práticas linguísticas se articulam com os sistemas sociais a fim de explicar e justificar mais detalhadamente a complexidade da linguagem. Os discursos com suas posições e pressupostos circulam em contextos sociais nos quais o próprio discurso explica, tendo o campo social uma história que transcende a ocupação particular. Deste modo,

muitas das interações que ocorrem nesses contextos são moldadas em parte por sistemas institucionais, processos de credenciamento e divisões sociais que existem antes e além de qualquer campo demonstrativo, que não estão assinaladas em lugar algum do discurso e, mesmo assim, moldam o contexto e restringem o acesso dos sujeitos ao discurso (HANKS, 2008, p. 186).

Essas formações sociais podem incorporar e/ou serem incorporados entre elas e, ainda, fornecem contextos críticos incorporados que modelam campos demonstrativos, inteiramente, centrados. A fim de que as práticas indiciais sejam compreendidas, é inevitável a busca pelo campo social para uma melhor compreensão dos enunciados e uma maior completude dos sentidos. Hanks (2008) assinala, ainda, que do processo de incorporação do campo demonstrativo ao social acontecem algumas transformações, tais como: o mundo é organizado; o campo torna-se atual, bem articulado; o sujeito ocupa seu lugar de agente; os cenários ocupam um lugar socialmente definido; o referente-objeto ocupa uma posição socialmente definida. Enfim, o campo social situa o contexto, fornece um espaço de valores e de posições. Estas são assumidas pelos elementos do campo demonstrativo incorporado.

Importa destacar, também, que os participantes do discurso exercem grande influência sobre o contexto de forma geral, desde o sujeito individual à copresença intersubjetiva (situação), ao coengajamento (cenário), aos papéis participantes (campo demonstrativo) até as posições agentes (campo social). Isso ocorre pelo fato de se levar em conta na construção dos sentidos o conhecimento partilhado dos interactantes, seus valores, suas crenças, opiniões e os variados aspectos que os circundam. Assim, a partir da perspectiva dos campos sociais, a questão correspondente seria em que medida “o engajamento em um campo conforma os participantes, não apenas em seus engajamentos externos baseados na função agente, como sempre foi, mas, de forma mais ampla, conforma-os em seus hábitos, disposições e intenções” (HANKS, 2008, p. 192).

Outro ponto trazido por ele, e que julgamos relevante, é o conceito de *habitus*, que diz respeito à maneira como funciona o contexto, como as posições, convicções e valores são colocados em prática; é o modo de se expressar, de enunciar, de construir e reconstruir os sentidos, como também pode abarcar os hábitos mentais implícitos nos modos padronizados de representar o mundo por meio da linguagem. Para Hanks (2008, p. 194), “o *habitus* é um *modus operandi*, flexível o suficiente para realizar-se em diferentes atividades, sendo cada uma delas única, e em diferentes esferas de atividade, que podem

ser largamente diferentes entre si”. Sendo assim, podemos compará-lo aos gêneros do discurso que vão variar de acordo com a intenção discursiva, podendo ser, também, uma intenção argumentativa, e com o objetivo do falante naquela situação e prática social. O *habitus* pode ser individual, pois molda ações particulares, como também pode ser coletivo, pois se enquadra como um campo social. Assim,

Qualquer forma de prática ritual tem um impacto potencialmente forte sobre o *habitus*, por meio do engajamento das disposições, avaliações, orientações mentais e corporais dos praticantes no fazer repetido da prática. O ponto importante é que há uma relação dinâmica (se não dialética) entre a incorporação contextual e a formação dos atores que se engajam nos contextos. A língua e o discurso estão entre as modalidades centrais por meio das quais essa dinâmica é articulada (HANKS, 2008, 195).

Como já dito, os falantes possuem suas intenções baseadas num projeto de sentido, sendo a interpretação dos seus enunciados delimitada estrategicamente de acordo com seus objetivos discursivos. Esse autor traz a teoria das implicaturas de Grice (1989) e diz que seus enunciadores “perseguem fins comunicativos através da ‘implicação’, derivando e comunicando sentidos com declarações sub-especificadas, formuladas para serem expandidas por meio de inferências” (HANKS, 2008, p. 195).

E, ainda, acrescenta que o falante deve ser estratégico, inferencial, no momento de suas pretensões e na hora de alcançar êxito nas suas intenções. Ele deve saber quando deve ser ousado, ou quando precisar ir devagar, quando for preciso mudar o foco, desdobrar certas inferências ou frear outras, sendo orientado e orientando. Assinala, também, que é difícil considerar uma teoria do contexto discursivo e da linguagem sem considerar a intencionalidade como constitutiva desses processos, visto que, por intermédio dela, os signos e expressões projetam seus objetos e, conseqüentemente, modificam os contextos.

No campo emergente, esse fator da textualização se faz presente tanto nas representações como nas finalidades através de pistas sejam linguísticas, situacionais, pragmáticas, inferenciais, enfim, dos mais variados aspectos. Estes estão ligados à capacidade e habilidade que os interlocutores têm de produzir e avaliar textos/discursos relacionados a diversos contextos, de forma sociodiscursiva e interativa. Nesse sentido, a coerência e a interpretabilidade de um texto mantém relação não só com a estrutura imanente do discurso, com o liame do texto, mas, principalmente, com o extralinguístico e com o que está na matriz social, no interior da qual o discurso é produzido e

compreendido. O texto aqui é considerado um evento comunicado (emergente) sinalizado pela orientação social (incorporação).

Baseamo-nos, assim, nessas concepções mencionadas, para afirmar que, no caso dos discursos políticos, utilizamos tanto o contexto emergente como o campo social, pois é importante levar em consideração o momento da proferição do discurso. Esse olhar sobre a interação do enunciador com o auditório (seus interlocutores), com valores que estão envolvidos nas falas se justifica no pressuposto de que todo texto/discurso tem finalidade argumentativa/ persuasiva.

“Reestabelecer o sentido pela situação-contexto é restabelecer a Palavra.” (ADAM, 2008, p. 54), é através do texto que depreendemos o discurso e, por que não dizer, vice-versa. As palavras, muitas vezes (para não dizer quase todas), nos ajuda a identificar o contexto, a situação de comunicação em que aquela tensividade discursiva e linguística, como também retórica, se encontra.

Interessa ressaltar que muitas das significações e sentidos depreendidos das inferências feitas a partir do contextos são provenientes de discursos familiares, daquilo que o indivíduo conhece e faz parte. Deste modo, “a contextualização se dá a partir da memória do texto que se acaba de ler e, na sua falta, da memória dos textos lidos.” (ADAM, 2008, p.54) Ou de crenças e opiniões já presentes na nossa memória cognitiva.

Contexto linguístico, situação extralinguística, conhecimentos gerais se reencontram todos tratados de forma memorial: todos eles têm o estatuto de representação interna, ainda que se diferenciem quanto à origem e ao nível de representação (memória de curto prazo, memória de longo prazo, etc) (ADAM, 2008, p.56)

O contexto e sua construção de sentidos se destaca, nesse caso, na memória do auditório, nos conhecimentos de mundo partilhados e na troca. A realidade construída e reconstruída é ao mesmo tempo histórica, social e cognitiva, é um dado situacional inerente do sujeito e a troca de conhecimento, seja em qual aspecto for.

Dentre essas concepções sobre contexto, definimos um ponto em comum entre elas que é o fato de considerarem-no como uma estrutura radial, cujo ponto central é o enunciado verbal, sendo a partir da palavra que surgem os sentidos e seus aspectos mais amplos de significação. Como também é importante destacar que essas abordagens se integram de modo que as concepções *circunstanciais* complementam as *globais*, ficando incompletas uma sem a outra.

Assim, microestruturas alimentam macroestruturas; campos sociais determinam as influências; as situações definem notadamente a intencionalidade; enfim, dessa forma, considerando emergência e incorporação, temos uma visão global da linguagem que analisa vários aspectos e vieses, “[...], juntos, definem um espaço de contextualização mais produtivo e realístico do que qualquer outro da usual divisão em escala.” (HANKS, 2008, p.199).

CAPÍTULO 2 – POSTULADOS DA ARGUMENTAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA NOVA RETÓRICA PARA A CONSTRUÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA

Para que se possa iniciar a tratar de alguns dos pressupostos que envolvem as teorias modernas sobre argumentação, é interessante que sejam retratadas brevemente algumas questões que antecederam e/ou que explicam os caminhos que levaram ao nascimento das Novas Retóricas.

Aristóteles, dentre os seus inúmeros postulados (no seu livro *Organon*, no capítulo “Tópicos”) traz duas formas de raciocinar: (1) pela demonstração analítica ou silogismo analítico com base em proposições verdadeiras, evidentes – o alicerce da lógica formal; (2) pela argumentação dialética que se expressa através de enunciados prováveis, verossímeis – o raciocínio através de argumentos.

Diante disso, houve, com o passar dos anos, uma interpretação errônea (ou até mesmo “partidária”) em relação à dialética, fazendo com que ela não adquirisse *o status* de ética e consistência o qual foi dado apenas à analítica. O racionalismo e o cristianismo veicularam a dialética a uma técnica de interesses mesquinhos e antiéticos. A argumentação dialética proposta por Aristóteles (2007) estabelecia, como manifestação do pensamento humano, enunciações provenientes do raciocínio, do esforço mental, proposições que fossem possíveis de se tornarem reais, e não qualquer tese, aleatória, sem embasamento e sem chances de serem pertinentes, como muitos pensavam.

A noção aristotélica de dialética, perdida e esquecida até então, ressurgiu nos anos de 1960, revigorada através dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), dentro de um novo contexto, ampliando e ressignificando esse processo de comunicação. “Entre o ‘tudo é permitido’ e ‘a racionalidade lógica é a própria racionalidade’”, surgiu a Nova Retórica e, de um modo geral, toda a obra de Perelman” (MEYER *apud* PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. XX). Essa concepção não se reduz à lógica, nem somente à filosofia, ela se abre para o múltiplo, para o dinâmico, para o discutível e para as várias formas de se interpretar e discutir uma determinada tese ou premissa.

A Nova Retórica é, então, o “discurso do método” de uma racionalidade que já não pode evitar os debates e deve, portanto, tratá-los e analisar os argumentos que governam as decisões. Já não se trata de privilegiar a univocidade da linguagem, a unicidade *a priori* da tese válida, mas sim de aceitar o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões. (MEYER *apud* PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. XX).

Perelman e Olbrechts-tyteca (2005) contribuíram muito para a filosofia pelo fato de retomar esse raciocínio dialético. Assim, eles propõem uma lógica dos julgamentos de valor no intuito de entender os meios pelos quais os valores se injetam nos fatos que vão determinar as normas gerais. Para esses autores, não há verdades absolutas (como já dizia Aristóteles), o que há são “opiniões”, são premissas resultantes de um acordo entre locutor e interlocutor. Essas premissas nunca são verdadeiras ou falsas, e a argumentação, consequentemente, encontra-se no campo da verossimilhança.

A adequabilidade dos fatos se dá por argumentação retórica, buscando o que é “possível” para atender a determinada proposta discursiva. Desta forma, a Nova Retórica busca relacionar a aplicação de normas linguísticas e o raciocínio dialético (podendo ser considerado aqui discursivo).

Para os autores, o poder de argumentar é um traço próprio do ser racional, pensante, criativo e ativo. O universo da argumentação é, naturalmente, do plausível, do verossímil, do provável, afinal, não se pode argumentar contra a evidência.

Com o intuito de desenvolver uma teoria da argumentação de cunho filosófico, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) mostram, em seu trabalho, as técnicas discursivas que utilizam a linguagem para persuadir e que buscam a adesão dos espíritos às teses apresentadas, sem compromisso com a evidência, com provas lógicas e matemáticas. Assim,

Entre a ontologia, dotada de uma flexibilidade oca, mas infinita, e a racionalidade apodíctica, matemática ou silogística, mas limitada, Perelman tomou uma terceira via: a argumentação, que raciocina sem coagir, mas que também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou indizível. (MEYER *apud* PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. XXI).

Atente-se que, para que se tenha adesão, não é necessário tal premissa exprimir a verdade absoluta. Isso é bastante presente no universo político, pois as teses e fatos que os sujeitos/falantes apresentam aos seus ouvintes (eleitores) não condizem com verdades absolutas e sim verossímeis, possíveis ou não de acontecer.

Sobre isso, Aristóteles (2007) fala que o sistema retórico é neutro e não tem preocupação com a verdade absoluta e que a ética e a responsabilidade dos fatos expostos

no discurso, das técnicas de persuasão utilizadas dependem do orador, da sua intenção argumentativa e dos valores que acredita serem os de seu auditório.

Diante dos fatos é importante deixar claro que os autores não deixam de estabelecer relações com alguns dos conceitos tratados pelos estudiosos gregos e latinos, em especial os de Aristóteles como já mencionado.

No tocante aos conceitos de dialética e retórica, podemos salientar a preferência de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) em estreitarem relações mais com o conceito de retórica do que com o de dialética, pelo fato de este termo já ter sido utilizado para designar a lógica e por não relacionar a adesão das teses aos seus espíritos. Os autores preferem estabelecer elos com a retórica, que desde sempre se preocupou com o auditório. E também pelo fato de a retórica estar voltada para a fala pública, para a elocução pronunciada (oral ou escrita), para discursos mais longos e contínuos, e a dialética servir para o diálogo, para a conversa privada e rápida (PLANTIN, 2008), a qual, contudo, não deixa de inserir práticas argumentativas.

Daí, o nosso interesse na argumentação retórica, por se tratar de uma argumentação elaborada estrategicamente através da escolha de termos, de referentes, através de raciocínios, dentre outros, que equivalem a argumentos, valores e opiniões, sempre de acordo com um público-alvo, levando em conta seus saberes, seu conhecimento partilhado e objetivando uma ação (persuasão), imediata ou não.

No entanto, não se pode esquecer que na retórica há dialética, como há em toda expressão da linguagem. Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) mostram certa preocupação em relação ao diálogo, quando assinalam que as estratégias argumentativas estão em todos os atos de linguagem, desde uma mera conversa habitual a um discurso proferido, mas seu foco é neste discurso elaborado, que invoca a adesão dos espíritos, o discurso feito à um auditório e que o valoriza.

Deste modo, unimos esses campos de estudos, pois nos propomos valorizar a interação face a face, marcada pela troca comunicativa e de conhecimento, aquela que marca um contexto situacional, localizado, evidenciado pela intencionalidade, como também podemos destacar certa influência dum contexto social, cultural e partilhado, que valoriza as posições e as visões do seu interlocutor (auditório) como elemento formador do próprio texto/discurso.

Argumentar é defender um ponto de vista, é agir discursivamente, é interagir na sociedade, é utilizar a linguagem. Analisamos a argumentação como textualizante do

discurso, como uma interação necessária de posições contraditórias e/ou diferentes; identificamos as técnicas que utilizamos para persuadir e destacamos um dos objetivos da argumentação que é criar uma disposição para a ação discursiva (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Como afirma Aristóteles (2007), a retórica é uma espécie de estudo dos passos que revelam como se faz a persuasão, de descobrir o que é próprio, conveniente e eficaz para persuadir. Ela conhece os segredos e artimanhas da linguagem e procura desvendá-los. Assim, “cabe a ela verificar quais os mecanismos utilizados para se fazer algo ganhar a dimensão de verdade” (CITELLI, 2004, p.10). Os indivíduos, diante de suas práticas sociais (HANKS, 2008), inserem em seus textos/discursos o que lhes é pertinente para convencer os outros de suas pretensões.

Procuramos defender “uma retórica que é ciência, arte, virtude, que é útil e que é capaz de versar sobre todos os assuntos. Destinada ao bem, como pensaram Platão e os estoicos, mas igualmente comprometida com o persuadir, como quiseram os sofistas.” (VASCONCELOS, 2005, p. 99). Uma retórica que utilize a linguagem com fins dignos e eficientes de acordo com os propósitos intencionais dos sujeitos falantes.

Para Plantin (2008), toda argumentação que exige certa estratégia e/ou certo esforço, para que possa ser elaborado um discurso eficaz, pode ser considerada uma retórica. Esta deve ser adequada às características de seu público. Nesse sentido, interessamo-nos pelos recursos discursivos para obter a “adesão dos espíritos”, os quais são propostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). A complexidade dessa questão evidencia que a *argumentação retórica* é definida de uma forma muito específica, a partir das seguintes características:

trata-se de uma retórica referencial, isto é, ela inclui uma teoria dos signos, formula o problema dos objetos, dos fatos, da evidência, mesmo que sua representação linguística adequada só possa ser apreendida no conflito e na negociação das representações. Ela é probatória, isto é, visa trazer, se não a prova, pelo menos a melhor prova; ela é polifônica; seu objeto privilegiado é a intervenção institucional planejada; seu caráter eloquente é acessório (PLANTIN, 2008, p. 9-10).

Dessa forma, a argumentação retórica compreende a elaboração dos argumentos, compreende os lugares argumentativos, logo os próprios argumentos se encontram nesses lugares. Ela formula a questão; traz suas premissas e proposições plausíveis que possam ser possivelmente aceitas e as lança no conflito, no momento da elocução, da negociação

das representações, sempre, levando em conta determinadas posições e valores do interesse daquele(s) a quem deseja persuadir. O recurso retórico é importante para o arranjo das ideias, para a textualização do discurso.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação é entendida como uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes. Assim, também é a referenciação que transforma os objetos de mundo em *objetos de discurso* de acordo com a intencionalidade do seu produtor. Dessa forma, a linguagem aqui “não é somente meio de comunicação, é também instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 149). Assim, a partir duma imagem, de uma projeção que possui do seu auditório, o orador constrói sua imagem e também seu discurso.

Enfim, podemos dizer que argumentar é uma ação discursiva em que se pratica a linguagem, podendo ter fins específicos ou não; retórica é o esforço mental, cognitivo para que algo tome a dimensão de verdade (ou de verossímil), é a disposição para a ação; e a persuasão é o levar a ação propriamente dita, é o tomar para si determinada tese ou pressuposto.

E o discurso político é uma instância que destaca bastante estas características e que mescla elementos destas áreas citadas para elucidar a persuasão e para que suas propostas textuais-discursivas sejam atendidas, sendo, assim, representadas pela ação política evidenciada e citada na proferição de seu discurso.

A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso (CHARAUDEAU, 2013, p. 39).

O discurso é baseado num acordo retórico, em que ambas as partes negociam e constroem a argumentação, a tessitura textual e o entorno discursivo. Quando falamos em acordo, não podemos esquecer as partes que compõem esse acordo. Nesse caso, é importante destacar o triângulo retórico proposto por Aristóteles e retomado posteriormente por vários autores que lidam com a arte de persuadir.

Esse triângulo é formado pelo *ethos*, *pathos* e *logos*. O primeiro é composto pelos elementos que compõem o orador, tais como, seu caráter, suas intenções, suas maneiras de ver o mundo e de reconstruí-lo. “O *etos* é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança” (REBOUL, 2004, p. 48).

Já o *pathos* diz respeito ao conjunto de emoções e sensações que são causadas no auditório pelo orador através do seu discurso. Para mover o auditório, ou seja, levá-lo a ação (persuasão), é necessário comovê-lo, convencê-lo, haver um acordo, um jogo de interesses de ambas as partes para que seja instaurado um jogo discursivo-persuasivo.

Já o *logos* fica no âmbito da razão, compreende o próprio discurso, os argumentos que são dados como provas ou exemplos para que determinado pressuposto ou intenção argumentativa seja levada em consideração. “O discurso pode revestir-se de diversas tipologias, numa dependência direta da questão subjacente ou expressamente colocada.” (FERREIRA, 2010, p. 17).

2.1 Considerações sobre algumas conceituações

A argumentação foi um dos primeiros aspectos observados na linguagem. Desde a antiguidade grega que ela é trabalhada e levada em consideração. Os gregos a utilizavam em seus discursos com o intuito de persuadir seus povos em seu favor, nas negociações de terras, questões políticas, sociais, enfim, era o instrumento de controle político.

Segundo Plantin (2008), a argumentação foi inicialmente estabelecida como componente dos sistemas retórico, lógico e dialético, sendo que esta pirâmide foi desconstruída e desacreditada no final do século XIX pelos defensores do discurso sensato e único que não admitiam várias visões e pressupostos. Do ponto de vista da organização clássica das disciplinas, a argumentação está vinculada “à lógica, ‘a arte de pensar corretamente’, à retórica, ‘a arte de bem falar’, e à dialética, ‘a arte de bem dialogar’”. Esse conjunto forma a base do sistema no qual a argumentação foi pensada, de Aristóteles ao fim do século XIX” (PLANTIN, 2008, p. 8-9).

Por outro lado, Platão visava à prática sofista e acreditava que a verdade era obtida através da dialética sem valorizar a retórica. Para ele, os sofistas não acreditavam na verdade absoluta, porém tentavam manipular sem compromisso com a verdade ou com o

plausível, baseando-se em várias verdades, várias opiniões, era o mundo do relativismo moral, do jogo de interesses, sem se preocupar com a ética. Eles foram os responsáveis pela disseminação de uma visão deturpada da retórica à época, uma imagem não confiável e enganadora, atrelada somente às figuras de linguagem e ao literário.

Com o *Tratado da argumentação*, trabalha-se com a ideia de que argumentar é dar opinião, e que justificar seus posicionamentos e defender um ponto de vista constituem atividades discursivas indispensáveis ao ser humano, ao cidadão contemporâneo em suas práticas sociais. Nesse sentido, além de o indivíduo expor seus argumentos que sustentem um querer-dizer, ele se utiliza de mecanismos linguísticos capazes de indicar a orientação argumentativa, recorre ao uso de palavras, expressões e intenções que os auxiliem no processo de convencer/persuadir e que são pertinentes ao contexto situacional e interativo. Sendo assim,

Argumentar é o meio civilizado, educado e potente de constituir um discurso que se insurja contra a força, a violência, o autoritarismo e se prove *eficaz* (persuasivo e convincente) numa situação de antagonismos declarados. Argumentar implica demonstrar ideias para clarear no espírito do outro nossa posição diante de um assunto polêmico. (FERREIRA, 2010, p. 14).

É importante que essa argumentação seja elaborada de modo habilidoso e não seja apelativa, ou seja, as intenções devem penetrar e persuadir os indivíduos, levando-os ao ato de raciocinar, não através da imposição e da arrogância. Para que isso aconteça, é importante que as palavras, o discurso e as ideias sejam arranjados cuidadosa e eficientemente.

Retórica e argumentação não são a mesma coisa, mas andam juntas, uma é a contraparte da outra. A argumentação é própria do ser humano quando este deseja agir discursivamente, dentro de inúmeras situações de uso da linguagem, da vida em sociedade. Ela é importante na construção dos discursos e na atividade comunicativa em si, como bem assinalam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). É, portanto, produto da interação social e proveniente do processo sociodiscursivo.

Na retórica, a argumentação é um instrumento utilizado para convencer/persuadir; é o esforço, o raciocínio mediante estratégias que utilizem a linguagem para aumentar a adesão; é identificar num determinado discurso “aquilo” que possa levar à ação. Nesse sentido, podemos dizer que a persuasão é uma construção discursiva que leva ao “fazer”, liga-se à retórica, sendo esta a essência persuasiva da linguagem por natureza.

Aristóteles (2007) afirma que a retórica é ligar o ornamento e a eficácia, o agradável e o útil, o fundo e a forma. Sempre foi tida como desenvolvedora do pensamento e do intelecto. E só veio adquirir crédito e destaque, depois da crise pela qual passou séculos esquecida, quando se uniu à filosofia e passou a exercitar mais ainda o raciocínio e destacar suas estratégias discursivas e pragmáticas.

Deste modo, podemos dizer que a argumentação “do tipo persuasiva” é a que se encontra presente no processo retórico. Uma argumentação que é discursiva e pragmática, que se utiliza das intenções, do contexto, do extralinguístico, baseia-se no interlocutor para construir seu discurso que constrói e consolida o ato retórico.

O sistema retórico, retratado em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), como também neste estudo, é técnico, mas também é a essência do processo pelo qual o homem interpreta e significa o mundo para si e para o(s) outro(s). Assim, podemos relacionar essa afirmação com a questão da construção e reconstrução dos *objetos de discursos* (MONDADA; DUBOIS, 2003) exposta anteriormente. Unindo referenciação e retórica seremos bem mais eficazes no que concerne à construção do conhecimento e das trocas comunicativas.

Como já mencionados anteriormente, neste trabalho, e de grande importância no sistema retórico, queremos destacar, aqui, os três fenômenos capazes de gerar a persuasão: *ethos*, *pathos* e *logos*. Este triângulo permeia e está presente em todos os conceitos, envolvendo a retórica dada a sua importância na construção da persuasão e na geração dos argumentos. Aristóteles (2007) define *ethos* e *pathos* pertencentes ao campo das emoções e *logos* ao campo da razão.

O *ethos* (o qual vem de ética, de moral), por se tratar do caráter e da postura do orador, é importante pelo fato de despertar (e é interessante que de fato desperte) a confiança no auditório, pois, mesmo que o falante tente demonstrar ser ou crer em outra coisa, involuntariamente e/ou cognitivamente as suas visões e suas concepções estarão presentes ou se deixarão transparecer naquele discurso ou no seu comportamento.

Outro ponto a ser discutido em relação ao *ethos* é a variedade de perfis dos indivíduos com que o orador tem de lidar, tais como: diferentes idades, sexo, competências, classes sociais. Desta forma, o orador pode, e em alguns casos, até deve variar seus argumentos e suas teses de acordo com o público a que se destina, porém sem perder sua credibilidade, sua simpatia e sensatez, ou seja, mostrar-se solícito com o

próximo, ser verdadeiro e demonstrar-se sempre disposto a aconselhar e indicar os melhores caminhos e as melhores soluções.

O *pathos*, ponto principal nesse estudo, é o conjunto de sensações, atitudes e concepções que o orador deve despertar no auditório, e por vezes, deve se adaptar a seus variados tipos. “Para movê-lo, é necessário comovê-lo, seduzi-lo, convencê-lo a partir de um acordo, de um casamento de interesses centrado nas crenças e paixões do auditório.” (FERREIRA, 2010, p.17)

Já o *logos* é o texto/discurso propriamente dito, a argumentação, as premissas utilizáveis e utilizadas no discurso, é o aspecto dialético da retórica. São as inferências concretizadas (ou não), compreende as pistas linguísticas e/ou extralinguísticas deixadas mediante progressão textual, são as provas, sejam elas extrínsecas (visíveis e tidas como reais) ou intrínsecas (inferenciais ou verossímeis).

O foco nesse trabalho será o *pathos* e o *logos*, pois destacamos a construção do discurso a partir do auditório, daquele a quem se destina. Contudo, não podemos deixar de dar o devido mérito ao *ethos* discursivo que não passa isento de influenciar e interferir na construção textual/discursiva. Por critérios metodológicos não iremos nos pautar nessa questão, apesar de que no tocante ao acordo retórico, as três pontas da pirâmide serão responsáveis pelos valores, funções, lugares retóricos presentes nas inferências.

Ferreira (2010) assinala três finalidades da persuasão baseadas nas faculdades humanas: o *docere* (ensinar), o *movere* (comover) e o *delectare* (agradar). O primeiro diz respeito à faculdade de ensinar, de transmitir conhecimentos, de convencer, de argumentar; o *movere* atinge os sentimentos, está no plano das paixões, do emotivo; e o *delectare* é o lado estimulante do discurso, atrai o auditório e mantém viva a atenção e o gosto desse auditório.

O sujeito da retórica é influenciado pelo processo sócio-histórico, mas é predominantemente ativo e criativo; é dono da língua e não só determina suas escolhas, como também elabora e decide o que pôr em seus textos/discursos para persuadir. Não há inocência na retórica, tudo é intencional, mesmo que determinado por alguns fatores, mas há a consciência da estratégia utilizada, do termo ou intenção participante do discurso, enfim, é ativa, contínua e interacional.

Ducrot (1987) define a argumentação como um ato linguístico fundamental, um elemento estruturante do discurso. Ele traz em sua obra “O dizer e o dito” alguns pressupostos relacionados com a orientação argumentativa numa perspectiva semântica.

Sua proposta da argumentação na língua é construída em um nível linguístico e possui relações com o plano estruturalista da linguística.

“Trata-se sempre do que, no sentido de um enunciado (no ‘dito’), diz respeito à aparição deste enunciado (seu ‘dizer’)” (DUCROT, 1987, p. 7). Ou seja, quando um indivíduo produz um enunciado x, já é possível prever o que ele irá dizer em seguida, é o estudo da expectativa criada por sua enunciação.

Diferentemente da retórica que traz a competência argumentativa como uma estratégia de planejamento lógico-discursiva que envolve várias dimensões, como emocional, intencional, relacional, dentre outras. É uma competência da fala, não adianta apenas saber argumentar, deve-se saber utilizar os elementos e as técnicas argumentativo-persuasivos a seu favor, sempre, levando em consideração o outro, um público, o qual pode construir e reconstruir de inúmeros modos sentenças e/ou enunciados que lhes chegam, pois cada um possui seu universo particular, seu conhecimento de mundo. Há suposições ou técnicas que auxiliam nessa compreensão, baseadas na verossimilhança.

Para Ferreira (2010, 16), a retórica “se instala e se alimenta no mundo das verdades contingentes”. Vale lembrar que, conforme esse linguista, a Semântica Argumentativa postula uma pragmática integrada à descrição linguística. Para essa área do conhecimento, os aspectos semântico, sintático e pragmático se encontram interligados, o que muito pode contribuir para a construção do discurso. Postula, também, que a argumentatividade está inserida na própria língua.

Esse mundo de verdades contingentes diz respeito ao universo da argumentação, da *doxa* como é conhecido. Nele existe uma chamada *tensividade retórica* característica do ambiente interativo, sociodiscursivo e argumentativo, marcados pelos diferentes valores, opiniões, condutas e ideias dos seus participantes, ou seja, diante do jogo discursivo e do debate de visões é gerado uma atmosfera de *tensão* própria da situação. *Tensão* essa que pode ser positiva ou negativa; muitas vezes ela apenas anuncia um teor de debates e/ou de discussões. Evidencia que naquele momento o clima é de troca de ideias e valores. Um falante eficiente procura evitar uma *tensão* negativa, incômoda, pois esta pode comprometer a adesão dos interlocutores às suas teses.

As escolhas feitas pelo falante, quer seja por uma palavra, uma expressão (verbalizada ou não) ou um contexto situacional, enfim, a presença de determinadas marcas discursivas encontradas ao longo do discurso, caracterizam uma ênfase em certo valor ou certa concepção e podem interferir na aceitação e/ou adesão do seu público ao seu

discurso. Pois, pode acontecer que só o fato de aquela palavra e/ou expressão se encontrar presente em dada situação discursiva seja determinante para que a adesão (ou parte dela) aconteça.

Daí advém nosso propósito de trabalhar na interface com a argumentação retórica por satisfazer e colaborar com a concepção de texto/discurso atrelada às práticas discursivas e à interação humana, baseando-se no conhecimento de mundo compartilhado entre interlocutores. E permanece, conseqüentemente, atrelada à construção da persuasão, pelo fato de esta ser a primeira função da retórica. Assim,

O termo *persuadir* origina-se de *persuadere* (per + suadere). *Per*, como prefixo, significa “de modo completo”. *Suadere* equivale a “aconselhar”. É, pois, levar alguém a aceitar um ponto de vista, é não se valer da palavra como imposição, mas, sim, de modo habilidoso. Persuadir contém em si o convencer (*cum + vincere*), que equivale a vencer o opositor com sua participação [...] (FERREIRA, 2010, p. 15).

Ao construir seu discurso argumentativo-persuasivo, com o intuito de fazer com que determinado público seja levado ao convencimento e, conseqüentemente, à ação, o indivíduo se utiliza de elementos linguísticos e, também, extralinguísticos, no nível do discursivo e do sociocognitivo, assinalando, assim, trocas pragmáticas e contextuais.

Plantin (2008) diz que a argumentação incide sobre aquilo que é preciso crer e fazer, além de estar no domínio da instabilidade das crenças, hipóteses e leis, quando estas precisam de discussão para ser revistas. “A definição de argumentação como um modo de organização da fala em situações em que ela se choca com uma contradição insere o estudo da argumentação no estudo da linguagem [...]” (PLANTIN, 2008, p. 89), como também na interação indivíduo/linguagem/reconstrução da realidade.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) constroem uma noção autônoma da argumentação retórica. Sinalizam que as técnicas, por si só, bastam para caracterizar a força argumentativa latente nos discursos e que, se utilizadas de maneira louvável, podem conseguir seus objetivos. Eles não retratam nada em relação à emoção e à demonstração, pelo contrário, atribuem a esta última o lado oposto da argumentação pois vai de encontro aos seus pressupostos, visto que a Nova Retórica não se preocupa em estabelecer paralelos com a ciência da prova e da lógica, afinal, argumentação é linguagem. E esta é uma atividade discursiva e interacional.

Uma questão que merece ser levada em consideração na construção do discurso argumentativo-persuasivo é o contexto retórico, o qual é conceituado por Ferreira (2010) como sendo um conjunto de fatores (cognitivo, temporal, histórico, cultural, social) que exerce influência no ato de produção e de recepção dos discursos.

O contexto que dá origem ao discurso retórico é composto por uma questão, uma problemática que tende a ser discutida, proposta e lançada; um público alvo com suas diversas particularidades e posições; e as várias visões, teses ou hipóteses que participam desse processo. Por isso, essa questão retórica precisa ser problematizada para se tornar, de fato, algo digno de um contexto retórico e discursivo. Algo que possa ser indagado, sobre o que possam ser lançados fatos e soluções até se chegar a um consenso ou adesão de causa. Várias serão as naturezas das discussões, pois cada ouvinte e/ou participante do processo possui um conhecimento, uma vivência, suas visões, seu caráter, enfim, sua posição na problemática retórica.

No momento de seleção das ideias, é importante que o falante leve em conta o(s) contexto(s) em que determinada situação se encontra e os elementos presentes nele, os quais irão colaborar para a adesão da causa, pois é a partir do contexto que o enunciador escolhe qual (ou quais) estratégias retóricas serão mais eficientes naquele jogo discursivo. É, pois, a partir do mundo contextual que as suposições vão surgindo e as teses vão se encaixando.

Segundo Ferreira (2010), o *contexto retórico* é marcado pela razão e pela emoção. Mesmo que a maior parte dos auditórios raciocine e analise bem as teses apresentadas, leve em conta os valores, a ética e o que é de mais relevante e útil no discurso, haverá aqueles que deixarão prevalecer o pessoal, o emotivo.

Enfim, no jogo discursivo, “a imagem dos interlocutores, os acontecimentos revelados e as paixões se digladiam para determinar o que pode ser mais útil, mais justo e mais verdadeiro para os envolvidos numa dada instância problemática, num *contexto retórico*” (FERREIRA, 2010, p.31).

2.2 O auditório como construção do processo argumentativo-retórico

Toda argumentação visa a uma adesão dos interlocutores. Para que essa se torne eficaz e *sadia*, o orador precisa considerar que seu auditório é composto por seres pensantes, capazes de raciocinar e, não apenas, acreditar em um público formado por seres

acríticos e sem personalidade, motivo pelo qual a retórica clássica sofreu a crise do descrédito. O discurso deve moldar-se ao seu público, assim, mudando-se o auditório, é importante que a argumentação mude de aspectos, consequentemente.

Para que se estabeleça um auditório, é necessário um conjunto de condições, de estratégias que facilitem e proporcionem a comunicação, uma linguagem em comum, familiar e que esteja de acordo com os anseios mútuos, como, por exemplo, fazer parte dos mesmos meios sociais. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) assinalam que os meios sociais são indispensáveis à argumentação.

Nesse sentido, é muito importante que o orador se preocupe com a adesão dos interlocutores, sua posição social, reações, e que tenha apreço pela sua opinião. Daí, ser interessante que se raciocine sobre os argumentos que os influenciam, para que o orador possa ser ouvido (e digno de atenção), ponto este, de relevante prestígio para ele.

Afinal, de que adianta elaborar um bom discurso se não for próximo daquelas pessoas a quem ele se destina? Se ninguém se interessar a ouvir/ler? Isso acontece, muitas vezes, pelo fato de não ser compreensível, de não mostrar nada em comum com a realidade daquele(s) que ouvem e de não haver o conhecimento partilhado. Essas devem ser algumas das principais preocupações dos oradores, daqueles que utilizam a linguagem, a palavra, os signos para persuadir.

A argumentação é mais bem percebida quando é notada verbalmente (oral ou escrita); quando há a preocupação em elaborá-la, em gerar condições que a destaquem e que se perceba que houve um esforço e um raciocínio para prepará-la. Esse fato ocasiona prestígio para o orador, que é o autorizado para o tal pronunciamento. Muitas vezes, essa autorização pode variar de acordo com a posição social ocupada pelo falante. O auditório o autoriza a tomar a palavra, devido às funções que desenvolve em determinados contextos, sendo esses elementos variáveis de acordo com as circunstâncias.

Essa preocupação com o auditório deve permanecer em todo o processo de argumentação não só como condição prévia, mas também durante toda a elaboração dos argumentos, das técnicas, do seu pronunciamento, dentre outros caracteres.

O auditório, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), nem sempre diz respeito àquele que se encontra à frente do orador, nem sempre parece ser o mais evidente, vai depender da intenção argumentativa e persuasiva desse falante. O seu alvo pode ser o todo da plateia presente, um terço ou, ainda, determinadas pessoas em particular; é o orador quem vai determinar, ocasionando, desse modo, numa seleção de termos e/ou expressões

para o discurso que se adapte à realidade daqueles a quem deseja persuadir. Concordamos com a definição desses autores, quando se referem ao auditório, nomeando-o como conjunto de indivíduos que o orador quer influenciar com sua argumentação.

Deve-se ter em mente o conhecimento daqueles os quais se pretende persuadir, saber indicar suas preferências, conhecer suas reações e comportamentos, ter uma imagem deles que esteja de acordo com suas técnicas e estratégias argumentativas. Uma visão inadequada do auditório pode causar desagradáveis consequências para a persuasão, pois há alguns argumentos que, quando utilizados fora do contexto sociocultural, não surtem nenhum efeito e ficam desconexos no discurso. Alguns estudiosos admitem que, identificar e analisar com cautela o auditório, requer certo conhecimento de psicologia (referente ao caráter pessoal) e de sociologia (referente ao convívio social). Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) assinalam que, mesmo identificando no auditório esses aspectos, a aproximação com a realidade desse público ainda é o elemento mais relevante.

É a partir do convívio social e da cultura, em que estão imersas, que opiniões, personalidades e convicções são formadas. Por isso, o orador precisa conhecer, além da realidade, não apenas a cultura de seus interlocutores para que seu discurso seja aceito, como também as funções sociais desempenhadas pelos seus ouvintes em determinadas instituições sociais. A cultura transparece através dos discursos da comunidade, e a partir deles ela, também, é reafirmada, por isso, os discursos devem estar relacionados com o meio cultural dos membros que querem atingir dessa sociedade.

Quando se trata de um auditório heterogêneo, com várias funções sociais, vários gostos, anseios, interesses, é importante que esteja presente no discurso certa diversidade de argumentos e premissas, essa estratégia torna-se de grande prestígio para o orador, que deixa seu discurso com mais credibilidade. Um tipo de discurso bastante característico pela heterogeneidade é o discurso dos políticos, ele almeja primeiramente a adesão do interlocutor sem poder desperdiçar essa oportunidade persuasiva. Porém, torna-se interessante destacar que, mesmo quando o auditório não é tão diversificado, o discurso deve ser pautado em certa diversidade argumentativa para, principalmente, engrandecer o diálogo persuasivo.

O orador deve idealizar seu auditório como se estivesse (e quase sempre é) dividido em marcos sociais, ou seja, em vários grupos sociais com várias aspirações. Por isso, o falante deve ter “várias cartas na manga”, várias formas de abordar seus pontos de vista elaborados e prontos, para serem proferidos (ou inseridos), caso necessite. Essa divisão do

auditório em grupos sociais pode ser, ou pela posição institucional que ocupam, ou pelas crenças em determinados valores. E, para que o sucesso da argumentação se mostre mais eficiente, o orador deve ser maleável e admitir que possa existir essa variedade de pontos de vista e não querer impor sua opinião.

O auditório pode ser condicionado³ de várias formas. Durante o próprio discurso, vários condicionamentos são realizados, podendo chegar ao final com outras características e convicções, sendo isso possível através da adaptação contínua e dinâmica do orador ao auditório.

O primordial na argumentação não são as crenças nem as convicções dos oradores, e, sim, o parecer daqueles a quem o orador se dirige, mesmo que essas crenças sejam contrárias ou diferentes. É o auditório que dá qualidade ao discurso argumentativo e ao porte do orador. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) deixam claro que o orador não é obrigado a persuadir determinado auditório quando esse lhe apresenta características e/ou comportamentos alheios à sua moral e ética. Se o falante conseguir aliar sua boa argumentação com seu auditório e com seus valores e sua ética estará alcançando êxito e eficácia em todo o processo argumentativo; mas, caso se propunha a enfrentar esse desafio da contradição, terá que se utilizar de uma estratégia que o deixe neutro e que consiga agir persuasivamente em favor do seu auditório.

Apesar dessa heterogeneidade presente nos auditórios, há uma busca incessante por certa objetividade, por uma técnica argumentativa que contemple todos os públicos e que suas premissas sejam aceitáveis por todos. Isso, porém, pode ser relativo e muito complexo. Diante dessa discussão entre universal e particular é que se torna necessário definir os termos *convencer* e *persuadir*. E como assinala Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 30): “para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação. [...] Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir”.

Muitas vezes, pode-se convencer alguém sobre algo, mas não se consegue persuadi-lo. A persuasão admite vários outros meios de provas além da prova necessária, universal e racional. Assim, deve-se considerar persuasiva aquela argumentação destinada a auditórios particulares; e convincente aquela que se enquadra como universal. Porém, essa distinção é

³ Leia-se condicionamento aqui como algo que foi persuadido.

bastante delicada, na medida em que não se pode isolar uma convicção de outra(s) e nem de determinado contexto e, ainda, nem se voltar a apenas um tipo de convicção, tem que se levar em conta todo um conjunto de provas e de premissas.

Podemos exemplificar essa distinção com um exemplo típico trazidos pelos próprios Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os quais dizem que podemos ser convencidos, por exemplo, de que mastigar rápido não é saudável e nem recomendado, no entanto, quando estamos com pressa não nos lembramos dessa assertiva, pois mastigamos rápido com o intuito de não nos atrasarmos, sendo, neste caso, persuadidos pela pressa (ação) e não pela tese de que conhecemos e de que nos convencemos.

Todos os homens (no âmbito geral) creem (pelo menos é o que se espera) em verdades universais que vão de acordo com o caráter racional da humanidade como um todo e que se adéquam aos seus valores e crenças. Porém, acreditamos que há aquelas premissas que conquistam determinado público, corroborando com seus anseios e vontades, de modo mais individual e pessoal. Assim, mesmo que o indivíduo creia em verdades gerais, vai haver o momento em que o particular falará mais alto e o levará a agir. Este ponto é de grande importância para o orador no momento de construção do seu discurso pelo fato de poder utilizar ambos os valores (universais e particulares) no processo persuasivo.

Assim, podemos dizer que a persuasão não pode ser distinguida totalmente da convicção, pois o princípio que leva o indivíduo a agir é, no fundo, de natureza racional. Assim, esse princípio racional que levou uma pessoa em particular a praticar determinada ação pode servir para persuadir outras também, ou seja, é possível analisar essa premissa convincente para descobrir o que há de persuasivo nela. A partir do momento em que se admite haver “outros meios de prova, além da prova necessária, a argumentação concernente a auditórios particulares tem um alcance que supera a crença puramente subjetiva” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 32). Isso significa que a argumentação vai além da própria subjetividade e particularidade. Ela leva a ação a algo mais concreto e realizável.

As estratégias argumentativo-persuasivas que são lançadas no momento da persuasão nem sempre constituem um apelo à ação imediata, esse condicionamento pode levar um determinado tempo. O importante é se estabelecer uma carga persuasivo-argumentativa diante do público em questão. Isso acontece pelo fato de certos auditórios possuírem um caráter intemporal.

Os autores em questão expõem a importância das escolhas linguísticas na argumentação e afirmam que essa opção por um termo servirá como indício de distinção, de familiaridade ou de simplicidade. É uma seleção linguística considerada relevante ao contexto que, por vezes, servirá à argumentação, situando o *objeto do discurso* numa categoria. Eles assinalam, também, que “o fato de selecionar alguns elementos e apresentá-los ao auditório já implica a importância e a pertinência deles no debate. Isso porque semelhante escolha confere a esses elementos uma presença, que é um fator essencial da argumentação”.

Pelo fato de partir da natureza do auditório para se determinar o aspecto e caráter das argumentações, eles definem três tipos de auditório no tocante à natureza convincente da argumentação: (1) o universal, que diz respeito às crenças de modo geral, equivalente à humanidade inteira; (2) o composto pela interlocução, pelo diálogo; e (3) o equivalente ao próprio sujeito para justificar as razões dos seus atos.

Apesar dos argumentos particulares determinarem as ações dos indivíduos, é importante destacar a presença e a relevância dos argumentos universais, pois, mesmo sendo as reações dos homens de caráter individual, pessoal, particular, haverá sempre, por detrás, uma argumentação universal que sustenta e dá o alicerce para explicar objetivamente a norma. Muitas vezes pode ocorrer de o orador se utilizar dos argumentos universais para uso particular e persuasivo, transformando aquela premissa geral em reação individual.

Os argumentos universais, às vezes, são utilizados como recursos de persuasão que compreendem um auditório heterogêneo ou com opiniões opostas à do orador, que, para não se perder na sua argumentação por falar de algo que não acredita, opta por utilizar em seu discurso essas teses universais através de estratégias complexas apoiadas em sua proposta de sentidos, facilitando a aceitação e, conseqüentemente, a persuasão.

Contudo, essas estratégias devem ser bem realizadas, pois poderá haver, dentro do auditório, indivíduos específicos que, por um motivo ou por outro, não aceitem essas premissas universais. O acordo de um auditório universal não é uma questão de fato, mas de direito. Assim, as crenças universais são válidas e necessárias para todos os homens (pelo menos é o que se acredita). Por serem objetivas são capazes de comunicar, sempre, e de convencer o interlocutor de que são pressupostos que devem ser aceitos devido à sua evidência, legitimidade e universalidade. Essa utilização dos argumentos universais não

deixa de ser uma estratégia persuasiva de grande valia e de grande sapiência do orador que a coloca em prática. Assim,

O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal, e o estudo dessas variações seria muito instrutivo, pois nos faria conhecer o que os homens consideraram, no decorrer da história, *real, verdadeiro e objetivamente válido*. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 37).

Corroborando os fatos mencionados, podemos crer que, ao invés de se ter argumentos e teses universais que servem a todos os espíritos, aos homens, em geral, são os oradores que idealizam seus auditórios e determinam os argumentos universais. Estes servem para cada tipo de público, não deixando de ser uma estratégia particular e pessoal que priorizará determinado grupo de pessoas.

O desdobramento desta pesquisa leva-nos à compreensão de que os políticos se utilizam muito dessa estratégia de teses universais, pelo fato de elas representarem as necessidades básicas ao ser humano, os valores morais e éticos necessários à sobrevivência e a boa conduta de qualquer indivíduo. Daí, muitas vezes elas estarem presentes em seus discursos e serem eficazes na construção da persuasão.

2.3 O acordo retórico: fatos e/ou presunções

O acordo é o ponto de partida de qualquer argumentação. É dele que brota a tensividade existente na argumentação retórica, que muitas vezes se faz necessária diante de assuntos polêmicos ou até mesmo diante de um embate saudável de ideias, como também na exposição de determinadas teses ou premissas. Com efeito, não há como não partirmos desse acordo retórico para tomar como base nossas demonstrações, afinal, trata-se de discursos políticos que têm como seus principais pilares o público, o auditório, o eleitor. Elementos estes importantes na troca discursiva, visto que são eles que vão “confrontar” ou “se debater” com o orador. Sob esse prisma, não podemos considerar esta nossa escolha como algo comum, na medida em que estamos trabalhando com discursos políticos e argumentação, mas como uma necessidade desta pesquisa em priorizar processos que envolvam o raciocínio, a cognição e interação.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) assinala que esse acordo toma como objetos de estudo e pesquisa os conteúdos das premissas a serem apresentadas, as ligações utilizadas entre essas premissas e a forma de servir-se dessas ligações. Porém, sempre leva em conta o que pode ou não ser admitido pelo auditório a que se dirige determinado discurso.

Por outro lado, a própria escolha das premissas e sua formulação, com os arranjos que comportam, raramente estão isentas de valor argumentativo: trata-se de uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 73).

A nosso ver, desde o momento da escolha dos argumentos e das estratégias, o que é pertinente para determinado discurso, já se pode dizer que o indivíduo já está agindo persuasivamente, pois há uma intenção argumentativa latente nessas ações. O processo retórico começa a tomar forma e a transformar discursivamente os elementos envolvidos. Isso implica que aquilo que for aceito, ou não, como argumento ou conteúdo das premissas é ponto crucial neste estudo. Isso porque podemos identificar nos discursos políticos o que serve, ou não, para a construção da persuasão, em outras palavras, o que vai ser útil no ato de convencer e/ou persuadir e, também, o que se encontra do agrado do interlocutor. Esse desdobramento nos leva as questões a seguir:

O que podemos destacar como objeto de crença ou adesão do indivíduo? Aquilo que é verdade absoluta ou o que é conveniente? Diante desses questionamentos, com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), agrupamos as premissas em duas categorias, a dos elementos *reais* e dos *preferíveis*. Na categoria do *real*, estariam os fatos, as verdades e as presunções e, na outra, estariam os valores, as hierarquias e os lugares desta categoria.

O que pode ser verdadeiro, *real*, uma verdade absoluta, irá depender muito do ponto de vista filosófico ou modo de vida de cada ser humano. Por essa razão, cada indivíduo possui suas “verdades” e suas crenças que variam de acordo com seu caráter ou com o que convive. No entanto, há pretensões estabelecidas pela humanidade. Diante disso, podemos dizer que essas verdades e crenças são elencadas como verdades universais, como concepções corretas e dignas de serem seguidas.

Já as premissas da categoria *preferível* vão depender da intenção discursiva e pessoal de cada orador, estão ligadas a um ponto de vista determinado que só transitam livremente dentro de um auditório particular. O *preferível* é o conveniente citado acima, é

aquilo que satisfaz os anseios de um grupo de indivíduos que pensa da mesma forma e/ou possui os mesmos anseios.

O “x” da questão, podemos assim definir, se encontra em demonstrar como o orador faz uso desses objetos e sinaliza seu desempenho, seja particular ou universal ou, por vezes, um fazendo as vezes do outro, caracterizando o que chamamos de truque retórico. Afinal, na construção da persuasão “vale tudo”. Será que vale mesmo? Até que ponto isso angaria benefícios? Eis a questão! Dentro do universo *real*, trataremos de fatos e verdades de um lado, e, do outro, as presunções.

O fato é aquilo que se refere à realidade objetiva; é o que pode ser comum a vários seres pensantes e, até mesmo, a todos; são as proposições que, quando aceitas, não se duvida, nem se justifica; é o acordo do auditório universal. Sendo assim, essas proposições podem e devem ser utilizadas para garantir a persuasão, pois são aceitas pela maioria e elencadas como corretas. “A adesão ao fato não será, para o indivíduo, senão uma reação subjetiva a algo que se impõe a todos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 75). Só é fato de verdade, se não for controverso, se tiver relação com o auditório universal. Porém, eis um ponto de grandes discussões, pois um acordo sempre é suscetível de ser analisado e questionado e pode haver algum indivíduo ou parte do auditório que não seja adepto de determinado argumento exposto.

O que há, na verdade, são condições favoráveis a esse acordo que deixam o auditório satisfeito com os fatos apresentados, uma vez que não existe uma fórmula imbatível que nos permita excluir totalmente as indagações sobre a veracidade ou preferência dos fatos. Não obstante, mesmo quando ocorre essa abstenção, essa possível não concordância dos fatos, vemos que a argumentação se efetiva, a troca de pontos de vista e de crenças se torna ativa e a atividade discursiva vem à tona.

Quando acontece essa não conformidade do auditório com o(s) fato(s), o orador deve mostrar seu desempenho para colocar sua atividade argumentativa ainda mais em ação, deve justificar sua atitude, demonstrar que o fato escolhido vai de encontro com outros fatos alheios àquele contexto, enfim, julgar coerente sua atitude/intenção argumentativo-persuasiva.

Esses fatos podem ser de observação e supostos, convencionais, prováveis, eles se encontram em grandes quantidades e formas para que o orador possa colocá-los ao ouvinte. Alguns, como já exposto, podem ser recusados e perder seu *status* de fato naquele

ambiente, assim, esses devem se amoldar a outros discursos e se defender contra outros fatos que possam e que irão surgir.

A verdade está intimamente ligada aos fatos, tudo que atribuímos a estes, também, pode ser atribuído àquela, só que a verdade compreende sistemas mais complexos, mais amplos. A verdade liga e embasa os fatos. Trata de teorias filosóficas, ideológicas que permeiam os domínios sociais e que influenciam nas tomadas de decisões e pautam os pontos de vista.

Inúmeras são as discussões em torno dessas questões dos fatos e verdades (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Dentre elas, podemos dizer que a argumentação ora se baseia nos fatos para estabelecer a troca discursiva, ora nas verdades, que são de alcance mais geral; outro ponto sobre esse dueto, diz respeito a se poder estabelecer uma relação de que o enunciado de um fato seja uma verdade, e que em toda verdade seja enunciado um fato. Enfim, em qualquer viés que tomemos, está clara a relação precisa entre fato e verdade, ambos se correlacionam perfeitamente, formam um casamento harmonioso que enriquece o discurso, como também o acordo universal.

Um elemento que se aplica a fatos e verdades é a verossimilhança, a análise das probabilidades de determinado fato ser verdadeiro e confirmar a premissa da verdade. Essa busca pelo real ou pelo passível de ser real caracteriza-se para o auditório e assume a função de cada um desses para servir à argumentação, à construção da persuasão, sempre, levando em consideração uma questão pragmática, discursiva e textual.

Ainda no domínio do real, encontra-se o que chamamos de presunções, as quais também são admitidas pelos auditórios, assim como os fatos e as verdades. Elas, igualmente, se encontram nos limites do acordo universal não como verdades unânimes, reais, mas como contingentes, que precisam de outros elementos para serem reforçadas e confirmadas. Assim como no fato, nas presunções, também, é preciso que sejam elencadas justificativas para sua adesão, porém, com esta é natural que esse reforço aconteça, uma confirmação de dúvida faz com que haja conservação de seu estatuto, com que sua natureza não se perca. Muitas das vezes, essas presunções são tomadas como ponto de partida das argumentações, pois é interessante que se parta de algo que prevemos para que sejam iniciadas discussões e debates em torno do *status* daquela presunção. Essas presunções precisam duma confirmação, de algo que faça total sentido, pois elas andam de acordo com as verdades e os fatos, possuem um embasamento e não surgem do nada nem de nenhuma proposição aleatória. Para esses autores,

As presunções estão vinculadas, em cada caso particular, ao normal e ao verossímil. Uma presunção mais genérica do que todas as que mencionamos é a de que existe para cada categoria de fatos, notadamente para cada categoria de comportamentos, um aspecto considerado normal que pode servir de base aos raciocínios. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 80).

Para cada caso isolado, há uma verdade, um fato e uma presunção verossímil e normal que faz dessa suposição uma verdade, algo a ser tomado como ideal, uma hipótese aceita. Essa presunção do normal se assume como uma presunção geral aceita por todos os auditórios, sendo equiparada com os fatos e/ou as verdades, o que é uma base de todos os raciocínios. Não esquecendo que a noção usual do normal sempre se baseia num grupo de referência. Em discernir o que pode ser considerado normal ou aceito diante de um dado contexto ou em um domínio social-discursivo, diante de categorias e/ou de objetos de discurso construídos ao longo da dinâmica argumentativo-discursiva.

Dessa forma, a questão de eleger o normal baseado num grupo de referências, já se apresenta como um acordo, pois este irá eleger determinada presunção como aceita e utilizável, baseando-se em contextos, intenções, pontos de vista, enfim, baseando-se num conjunto de elementos de ordem social, cultural, cognitiva e discursiva. Lembrando que esse grupo de referência pode sofrer modificações devido a uma informação nova ou algum novo fato e, assim, modificar a concepção da coletividade sobre essa presunção. O orador precisa deixar o receptor a par do que está acontecendo e lançar informações novas que se adaptem à presunção em questão, favorecendo o jogo persuasivo.

O acordo baseado na presunção do normal é supostamente válido para o auditório universal da mesma forma que o acordo sobre os fatos demonstrados e as verdades. Por isso costuma ser difícil distinguir esse acordo do acordo sobre fatos. Os fatos presumidos são, num dado momento, tratados como equivalentes a fatos observados e podem servir, da mesma forma que eles, como premissa para argumentações. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 83)

Passando agora para o domínio do *preferível*, encontramos os valores, as hierarquias e os lugares dessa categoria. Essas premissas pretendem apenas a adesão dos auditórios particulares, de grupos específicos com interesses comuns, que compartilham opiniões similares e que admitem pontos de vistas e princípios páreos. Levando em consideração que aderir a novos valores é permitir a influência de princípios outros em

suas tomadas de decisões, de suas preferências, de suas ações. Enfim, é possuir uma concepção pessoal, tendo ciência de que esses princípios não equivalem a todos, e sim a determinados grupos. Esses autores argumentam que a existência de valores está vinculada à ideia de multiplicidade dos grupos, na medida em que esses valores caracterizam um contingente de pessoas, um grupo de indivíduos, as quais interagem entre si. Valores estes que não são tratados como verdades indiscutíveis, mas como afirmações verossímeis, sendo chamados, pelos antigos, de *opiniões*. Quando o indivíduo não tem certeza do caminho a seguir, deve seguir a mais provável, aquela que está de acordo com nossos valores, com nossos princípios, com os traços mais característicos do nosso ser.

A maioria dos processos de argumentação é interferida pelos valores, principalmente, aqueles que têm como base principal a persuasão (o político, o jurídico, o filosófico), na qual permanecerá em todo o seu desenvolvimento discursivo os elementos característicos dos valores. Ainda assim, temos que saber quais valores levar em conta e procurar não desprezar os outros, apenas dar justificativas para a adoção de determinados princípios valorativos de determinação das premissas adotadas. Desse modo, “tão logo um dos interlocutores os expõe, é mister argumentar para livrar-se deles, sob pena de recusar o diálogo; e, geralmente, o argumento implicará que se admitam outros valores” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 85). Portanto, a persuasão não está livre desses valores, na medida em que eles possuem relação com a questão do como “saber fazer” e o que saber inserir em seus textos/discursos, como estabelecer uma troca social, política, discursiva e harmoniosa, buscando princípios, valores e outras premissas que estabeleçam a igualdade dos indivíduos, em certo domínio coletivo.

Essa coletividade busca se evidenciar na ação política. Os valores são materializados em entidades abstratas que garantem direitos e deveres aos indivíduos, os quais são utilizados por estes nas suas ações linguísticas, sociais e políticas. Valores esses que dividem e fragmentam diferentes opiniões e grupos. Sendo que a ação política, em consonância com Charaudeau (2013), deve ser levada em conta na tentativa de gerenciar os conflitos resultantes desse confronto. Podemos, facilmente, verificar que é a partir das premissas de valores que se desenvolve a argumentação, visto que os valores concretos estão direcionados a algo específico, enquanto os abstratos se referem aos princípios em geral. Nesse sentido, a troca argumentativa só se efetua a partir dos dois e não de um ou outro em isolado, pois quando nos referimos a algum fato concreto sempre há um valor abstrato o embasando e o moldando.

Outra questão no que diz respeito à categoria do preferível são as hierarquias que estão diretamente ligadas ao poder e ao contexto político. São bastante presentes no estabelecimento do acordo retórico e nas estratégias linguísticas e persuasivas. Elas se justificam através dos valores e só se mostram explicitamente quando se é necessário defendê-las. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 90), essas hierarquias se apresentam praticamente “sob dois aspectos característicos: ao lado das hierarquias concretas, como a que expressa a superioridade dos homens sobre os animais, há hierarquias abstratas, como a que expressa superioridade do justo sobre o útil”. Assim, como os valores, as hierarquias concretas e abstratas andam juntas e se inter-relacionam.

Segundo esses autores, os próprios valores se hierarquizam sistematicamente como, por exemplo, a questão da quantidade hierarquizada. É comum se considerar aquilo de maior quantidade como *preferível*, como mais convincente e persuasivo, assim também como o verdadeiro para alguns é superior ao falso para outros que já não consideram essa premissa, dentre outros exemplos.

As hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores. Com efeito, a maior parte destes são comuns a um grande número de auditórios. O que caracteriza cada auditório é menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 92).

Assim, a intensidade de adesão a um determinado valor vai depender da atenção que o indivíduo lhe confere, determinando entre os valores uma hierarquia, na qual seus princípios e fundamentos são tão complexos e múltiplos quanto os valores por ela coordenados e relacionados. E, ainda, tanto as hierarquias quanto os valores caminham de acordo com seus contextos e situações, sendo aceitos em uns e desprezados em outros.

Outro ponto que merece destaque e serve para consolidar, dar embasamento aos valores e às hierarquias e aumentar a intensidade da adesão é a questão dos *lugares*. Estes são premissas de ordem geral, às quais recorremos, a fim de elaborar nosso projeto argumentativo-persuasivo. Os lugares tratam, também, dos agrupamentos dos argumentos e servem para ajudar no esforço e raciocínio do orador ao elaborar seu texto/discurso, pois, por estarem agrupados, facilita seus usos e suas procedências. Aristóteles, em Perelman Olbrechts-Tyteca (2005, p. 94), “distingua os *lugares-comuns*, que podem servir indiferentemente em qualquer ciência e não dependem de nenhuma, e os *lugares-*

específicos, que são próprios, quer de uma ciência particular, quer de um gênero oratório bem definido”.

Esses lugares, como um todo, são indispensáveis à construção da persuasão. Eles justificam nossas escolhas, nossos princípios; estão de acordo com as propostas retóricas e lançam mão para contribuir com a constatação do acordo e para estabelecer certa cumplicidade com seus interlocutores e com seu auditório. São de extrema importância no estabelecimento e na caracterização das sociedades, pelo fato de servirem de fundamentos para seus princípios, valores, hierarquias e teses a serem construídas. Vários são os lugares estudados, mas iremos trazer aqui apenas dois dos mais importantes e mais presentes na argumentação retórica, o *lugar da quantidade* e o *lugar da qualidade*. O primeiro procura estabelecer a bondade de um dado ser de acordo com sua quantidade, por exemplo, o que é em maior quantidade, geralmente, é melhor e mais difícil de dar errado, corre menos risco de nos escapar. Para esses autores,

o lugar da quantidade, a superioridade do que é admitido pelo maior número, é que fundamentam certas concepções da democracia e, também, as concepções da razão que assimilam esta ao “*senso comum*”. [...] o lugar quantitativo do duradouro permite também valorizar a verdade como o que é eterno, em comparação com as opiniões instáveis e passageiras (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 98).

O *lugar* não deixa de estar bastante presente nas estratégias persuasivas dos políticos em suas campanhas eleitorais e em seus discursos do dia a dia. Eles utilizam, muitas vezes, esse *lugar* como “artimanha” para conquistar e para “encher os olhos” dos seus eleitores, elencando numericamente seus feitos e suas “boas” intenções.

O outro *lugar* que merece destaque neste estudo é o da *qualidade*, que aparece para dar credibilidade aos números quando são contestadas suas virtudes. Ele valoriza o único, o singular, aquele, entre os outros, com atributos próprios e originais. Dessa forma, o que nos parece incomum nos dá a impressão de preciosidade e de aceitabilidade, por isso ser tão utilizado em textos/discursos persuasivos e ser de alta chance de adesão.

A partir desse entendimento, demonstra-se que o diferencial é o que provoca a preferência no auditório. Nem sempre o que aparece em grande quantidade, o que demonstra ser de grande adesão, é o que determina o gosto da maioria dos indivíduos. O lugar da qualidade é considerado o lugar da oportunidade do orador em ganhar seu discurso e seu auditório devido a força argumentativa do único e incomum.

Essas premissas reais, esses valores, essas hierarquias, esses lugares, enfim, todos esses e outros elementos que compõe o acordo se tornam presentes através dos referentes trazidos pelo texto/discurso que explicita ou implicitamente desencadeiam inferências das mais diversas as quais são significativas para a construção da persuasão e do jogo linguístico.

Esse capítulo procura situar o trabalho no universo da argumentação, por ser um contexto bastante presente nas nossas fundamentações e demonstrações. O tópico do acordo retórico é o de mais predominância nas análises através da partilha de informações e teses do locutor com seu auditório, pois é o que mais destaca a persuasão e a adesão aos espíritos. No capítulo que segue procuraremos situar o gênero político no qual apontamos algumas estratégias retóricas e referenciais nos discursos proferidos pelos políticos em campanha eleitoral, momento singular de anseios e promessas.

CAPÍTULO 3 – CONSTRUÇÃO DE REFERENTES E DA PERSUASÃO EM DISCURSOS DE POLÍTICOS: ALGUMAS ANÁLISES E DEMONSTRAÇÕES

3.1 O gênero político

A política é uma arte, uma ação que se inventa e reinventa, está presente nos nossos atos cotidianos, no nosso espírito em querer mudar o social. Ela exprime uma vontade coletiva e se baseia em interesses comuns a vários indivíduos. Aquilo que é mencionado no campo político é regido pelos anseios do povo, pelos valores gerais, baseados numa vontade individual que deve ser, ao mesmo tempo, coletiva e social.

Não há política sem o exercício e sem a elaboração da linguagem, pois, para que a ação política possa surtir o efeito esperado (tanto da parte do orador como do ouvinte) é preciso haver uma dependência de um espaço de discussão, no qual sejam lançados objetivos para as melhorias a serem feitas, envolvendo a organização do seio político e social, enfim, o desenrolar da ação política propriamente dita.

É um campo regido por relações de “força”. Ou seja, um poder que deva ser instaurado sem tornar aquele ambiente um “campo de guerra”; sem precisar medir esforços e sem “forçar a barra”, que seja um contexto de raciocínio, de discussão de pontos de vista, de troca de valores, de interação e de levar em consideração os anseios e concepções de outrem.

Assim caracterizado, sabemos que os políticos sempre buscam persuadir seus pares de suas propostas de sentido e de seus anseios eleitorais, procurando levá-los à ação, ou melhor, à obtenção dos seus votos. Esses cidadãos são vistos pela sua capacidade de argúcia, de ter arguto, de argumentar. Eles possuem sagacidade, observam a seu redor e utilizam as informações a seu favor, sempre compartilhando essas informações e intenções com seu interlocutor(s).

Devemos entender, então, que vivemos numa época de muito “bombardeio” político, em todos os ramos da sociedade e das relações humanas, ao mesmo tempo em que vivemos uma crise de valores espalhada por todos os setores da humanidade (familiar, social, educacional, dentre outros). No contexto político não poderia ser diferente. A ética, no seu sentido geral como também político, é de cunho bastante delicado e polêmico pelo fato de que o orador precisa estabelecer limites, princípios, valores no momento do trato discursivo. Este é também argumento de Charaudeau:

Perversidade ou mentir verdadeiro (Aragon)? Efetivamente, entram aqui em colisão uma verdade das aparências, encenada pelo discurso, e uma verdade das ações, empregada pelas decisões. No discurso político, as duas misturam-se em uma “vero-semelhança” sem a qual não haveria ação possível no espaço público. Está aqui, talvez, um dos fundamentos da palavra política (CHARAUDEAU, 2013, p. 109).

Esse tipo de discurso caminha no contínuo linguagem-ação-poder-verdade, os quais se misturam através dos referentes lançados na progressão do texto/discurso e na construção persuasiva. Para situar essa questão, ele traz alguns princípios que contornam esse ato de persuadir e essa troca comunicativa e discursiva. Ele afirma que todo ato de linguagem parte de uma troca social, de um sujeito que se posiciona para outro através de um *princípio de alteridade*; não deixando de trazer o outro para si; não deixando de se importar com o outro diante de um *princípio de influência*; e, ainda, sobre um projeto de busca de acordos e consensos, evidenciando um *projeto de regulação*.

De acordo com a análise desse autor, os princípios de influência e de regulação são fundadores do ato de linguagem. Princípios estes que inscrevem tais atos em um quadro de atividades, em uma práxis do agir sobre o outro. Diante dessas evidências, o acordo retórico retratado, neste trabalho, sinaliza não só atos de linguagem, mas também pretensões linguístico-discursivas na construção argumentativa do discurso político. Com base nessa discussão, partimos do pressuposto de que se torna necessário um saber fazer, um saber dizer e saber agir para que o outro se convença e seja persuadido por uma intenção comunicativo-discursiva. O destinatário desses saberes é alvo da proposta do remetente, como também toma a decisão de assumir aquela tese que lhe foi apresentada. É uma via de mão dupla. Cabe, portanto, ao auditório aceitar ou recusar a proposta que lhe foi feita (pelo menos se propor a isso).

3.2 O acordo propriamente dito

Propomos, neste tópico, analisar alguns discursos proferidos por políticos, em propaganda eleitoral, durante a campanha para prefeitos e vereadores da cidade de Simão Dias, interior de Sergipe no ano de 2012. O meio de coleta de dados foi o auditivo, no período de agosto a outubro do ano citado através de programa transmitido pela rádio local do município. Os candidatos a vereadores e a prefeito tinham um tempo específico para

seu pronunciamento, que, segundo informações, era realizado em sala específica no estabelecimento da rádio. Uma hipótese que surge é a de que, diante disso, os discursos poderiam ser confeccionados anteriormente e já levados prontos para serem proferidos.

Os textos eram idealizados para um auditório específico acordado com a intenção comunicativa e persuasiva do orador. Apesar de o autor ter em mente qual auditório ele pretendia atingir, ele deveria ter consciência de que aquele discurso, por ser proferido em rádio aberta na cidade, poderia chegar aos ouvidos de inúmeros tipos de auditórios e, assim, preparar um discurso adequado, a fim de satisfazer aos anseios de variados tipos de concepções e pontos de vista.

Por se tratar de gênero auditivo, proferido em meios de comunicação via o uso da fala pública, é interessante deixar claro que não nos preocupamos com questões de ordem semiótica, fonética, gestual, visual, dentre outras, como, por exemplo, o tom de voz do orador em alguns instantes da enunciação, seus possíveis gestos e sinais. Nossa preocupação diz respeito, sobretudo, à construção textual-discursiva dos referentes e as possíveis estratégias discursivo-argumentativas que esses oradores possam ter usado para atender seus propósitos.

É indispensável assinalar mais atentamente que a argumentação não se encerra no léxico, como também engloba aspectos cognitivos, discursivos, enunciativos, históricos, culturais, interacionais no momento da *dinâmica social*, capazes de modificar, alterar e reconstruir contextos. Considera-se, no caso, que quando se fala em argumentação e política, é significativo destacar os inúmeros posicionamentos e intenções que fazem com que os políticos abordem determinados assuntos e, conseqüentemente, determinadas palavras e expressões ao longo dos seus discursos. Nesse processo interativo, esses políticos também estabelecem as inferências necessárias para que possam atingir seu auditório de forma convincente, envolvendo outros contextos, em outros domínios.

Charaudeau (2013) diz que o discurso político pode ser representado como um jogo de máscaras. No momento do pronunciamento das palavras, deve ser levado em conta o que foi dito (presente no cotexto) e, também, o que ficou implícito, considerando esse processo como resultado de uma estratégia do enunciador. Ele ainda afirma que para que haja argumentação é necessário que exista um projeto de sentido, um sujeito falante e um sujeito-alvo, sinalizando o acordo retórico que será levado em conta nas análises e demonstrações. Desse modo, o sujeito que argumenta almeja alcançar seus objetivos por

meio do processo de persuasão, de convencimento. Para isso, utiliza-se de várias estratégias eficazes que possam enriquecer seus modelos textuais discursivos.

Mas a máscara é também, em outras tradições, o que define o ser em sua perenidade, em sua imutável essência. Ela é símbolo da identificação, a ponto de nela se confundirem o ser e o parecer, a pessoa e a personagem, tal como no teatro grego. Não há mais oposição entre o verdadeiro e o falso, o autêntico e o artifício, o vivido e o representado. Não há mais apenas um ser congelado em um momento de verdade, que faz unir a contingência do aqui-agora e a imutabilidade de uma natureza. (CHARAUDEAU, 2013, p.07, prólogo)

Diante desse exposto, verificamos, ainda, que como outras esferas da linguagem, o discurso político encontra-se num momento em que não há uma verdade absoluta, o que ocorre são vários pontos de vista, várias concepções sobre determinado assunto. “Verdades” formadas a partir das trocas sociais, dos eventos comunicativos e interacionais, são imagens construídas do outro no momento da troca, são realidades reconstruídas a partir do mundo, são *objetos de discursos*.

A justificativa pela escolha desse gênero se dá pelo fato de esse campo se tornar propício ao acordo retórico e à recategorização *sem menção explícita* de que retratamos neste estudo. É, pois, um tipo de discurso que procura engrandecer suas ações linguísticas, exaltando a língua através de jogadas discursivas, de uma escolha lexical bem feita, de raciocínios pragmáticos e de uma junção de aspectos cognitivos, contextuais e situacionais. Nisto reside a dimensão argumentativa da relação orador-auditório.

Nosso foco é analisar alguns fragmentos desses discursos políticos, envolvendo: a recategorização *sem menção referencial* por ser esse fenômeno, a nosso ver, o que mais propicia a indicação de posicionamento do enunciador perante seus interlocutores na tentativa não só de engajar o auditório em seu projeto de dizer, mas também envolver alguns aspectos (social, cultural, histórico, econômico, cognitivo, interacional) que vão evidenciar a orientação argumentativa/ persuasiva durante o ato discursivo, envolvendo, também, o acordo retórico (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005) com seus dois domínios, o do *real* e o do *preferível*, que sinalizam os auditórios universal e particular. Auditórios nos quais a recategorização *sem menção referencial explícita* vai buscar a construção de sentidos do texto. O nosso propósito aqui é mostrar como os *objetos de discurso* são elaborados progressivamente na dinâmica desses discursos. Observemos o texto a seguir:

- (1) Amigos de Simão Dias, a juventude pede seu espaço, é preciso oxigenar o legislativo municipal e criar mecanismos para acabar com a mesmice. Simão Dias não pode mais conviver com o passado e precisa olhar para o futuro. Os nossos professores merecem o cumprimento do piso, chega de filas para atendimento médico e o esporte tem que ser prioridade. Nesta eleição não há espaço para o medo. É hora de mudança. Vote em [...] (Candidato A).

É perceptível o jogo argumentativo instaurado em que ocorrências, como “oxigenar o legislativo municipal”, “criar mecanismos”, “acabar com a mesmice”, “conviver com o passado”, “olhar para o futuro”, por meio da interação de esquemas e de estratégias complexas, ajustam-se, modificam-se, reconstroem sentidos em função de intenções discursiva, comunicativa e, principalmente, persuasiva, estabelecendo relações intersubjetivas.

Algumas informações são mencionadas ao longo do texto com base em um projeto de dizer (“Amigos de Simão Dias, a juventude pede seu espaço, é preciso oxigenar o legislativo municipal e criar mecanismos para acabar com a mesmice”. “Simão Dias não pode mais conviver com o passado e precisa olhar para o futuro”. “Os nossos professores merecem o cumprimento do piso [...]”). Essas informações trazem uma carga persuasiva, própria do discurso político, e sinalizam estratégias argumentativas de grande relevância na recategorização desse discurso, instaurando diversos sentidos dentro do texto a partir dos *objetos de discurso* (entidades) reelaborados, uma vez que são dotados de ideologias e de valores socialmente adquiridos no fluxo dinâmico das ações discursivas.

Os referentes construídos (“Amigos de Simão Dias”, “Simão Dias”, “Nesta eleição”), ao longo do modelo textual, se encontram, remetendo e fazendo menção a dois referentes centrais, “a mesmice” e “mudança”, os quais, também, podemos dizer que são dois grandes contextos políticos existentes na realidade do auditório a quem esses discursos são pronunciados. São domínios opostos, mas que se complementam, instituindo atmosferas de “medo” e de “esperança”, fazendo menção ao novo e velho, ao passado/presente e ao futuro.

O estabelecimento dessa relação de contradição se dá na tentativa de deixar evidente a situação política anterior (mesmice) que já existia (e que estava prestes a talvez continuar) no município em questão, e a situação sugerida (mudança) apresentada como “a salvadora da pátria” que iria trazer os benefícios de que tanto essa cidade precisa.

As ações desencadeadas na progressão textual, conseqüentemente, se mostram de dois tipos (“ruins” e “boas”). De um lado são enunciados que sinalizam o referente “mesmice”, tais como “conviver com o passado”, “os professores merecem o cumprimento do piso”, “chega de filas...”, “não há espaço para o medo”; e do outro, alguns que sinalizam o referente “mudança”, “a juventude pede seu espaço”, “olhar para o futuro” e “criar mecanismos”. Essas proposições explicitam o posicionamento do enunciador diante do seu auditório.

No início do texto/discurso, o autor, antes de dizer qual é a proposta (que no caso seria a mudança), já começa a mostrar o que é preciso fazer (“é preciso oxigenar o legislativo municipal”), o que será a solução para os problemas, entre os quais, ele elenca alguns. Essa estratégia, de primeiro preparar o terreno para o que irá propor, é de suma importância para que o receptor já comece a se preparar cognitivamente para o que irá ouvir/ler e para que já consiga dar credibilidade ao orador. É nesse ponto que o acordo retórico já começa a se estabelecer. Ao mesmo tempo em que prepara o terreno, o orador inferencialmente se coloca como sendo ele a solução para os problemas elencados, mostrando-se, dessa forma, autorizado a assumir aquela função (de “oxigenar o legislativo municipal”) recategorizando, assim, o termo “mudança”.

Podemos depreender também desse discurso que a mudança vai muito mais além do que o próprio termo sugere, que seria sair da situação em que se encontra para alçar novos ares e novas perspectivas. Essa mudança, como o próprio nome emana, é um elemento bastante característico nos discursos políticos e seria muito ingênuo da parte desse orador utilizá-la somente com este fim. Além dessa intenção, ele usa o referente “mudança” para evidenciar a saída de um regime e/ou partido político que há muito tempo vinha no poder, não deixando de ser uma recusa ao modelo tradicional vigente.

Nota-se, diante dessa análise, que o conhecimento partilhado é de suma importância para que o discurso possa surtir efeito, para que o acordo retórico seja estabelecido. O sujeito deve se preocupar com os termos que utiliza para que não distancie seu público-alvo do contexto em que ambos estejam inseridos, afinal, seu objetivo é persuadi-lo. Assim, podemos citar a coerência fazendo menção a essa concordância tão necessária que se encaixa na LT como critério de textualidade trazida por Beaugrande e Dressler (1981), citados por Koch (2009). A coerência é construída numa dada situação de interação entre o texto e seus usuários, envolvendo fatores cognitivo, sociocultural, interacional. Vejamos como Koch (2009) se posiciona a respeito desse fator da textualidade:

a *coerência* deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, passando a dizer respeito ao modo como os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sociocognitivo mobilizados na interlocução, vêm a constituir, em virtude de uma construção dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos” (KOCH, 2009, p. 17).

Retomando a análise do texto (1), ainda, podemos sinalizar que as formas nominais “o cumprimento do piso”, “atendimento médico” e “prioridade” dão uma ideia de positividade à progressão textual, predicando a “mudança” mencionada no discurso do enunciador. Essa é uma estratégia textual argumentativa de grande importância para o desenvolvimento do texto, pois vai assinalando a cada nova enunciação o ponto de vista do autor, deixando transparecer para o interlocutor (no caso) uma esperança por dias melhores, contribuindo, assim, para a progressão textual/discursiva.

No interior dessa perspectiva e a título de destaque para os processos referenciais, podemos citar outro critério de textualidade trazido por Beaugrande e Dressler (1981): a informatividade, que concerne à distribuição da informação no modelo textual e à maneira como ela é transmitida e veiculada, no quesito previsibilidade ou expectabilidade. Quanto à distribuição da informação, Koch (2009, p. 41) postula que é muito importante, relevante, haver “um equilíbrio entre informação dada e informação nova”, visto que a organicidade de qualquer texto resulta de um movimento de retroação, retomada da informação dada, e outro de progressão, introdução de informação nova, daí a necessidade de equilíbrio entre o dado e o novo.

Outra ocorrência que merece destaque, no texto (1), é a expressão “oxigenar o legislativo municipal”. A metáfora utilizada possui uma força expressiva e argumentativa, sendo um mecanismo de grande relevância em textos persuasivos, e que ocorre bastante em gêneros como o caso em questão (discursos políticos). A metáfora enquadra-se numa dimensão sociocognitiva, é uma escolha do falante de acordo com suas intenções e posições assumidas e que reconstrói a realidade (objetos de mundo em objetos de discurso) utilizando de artifícios que envolvem o conhecimento de mundo partilhado.

Ela ganha essa força argumentativa no contexto, pois transmite ao interlocutor certas ancoragens e associações, compartilhando o conhecimento e construindo os sentidos do texto. É interessante salientar que as recategorizações metafóricas (LEITE, 2007)

juntamente com outros elementos linguísticos e extralinguísticos, mecanismos referenciais complexos, organizam-se de modo a orientar o texto argumentativamente.

No tocante ao contexto trazido por este trabalho, podemos perceber a influência do social como também do imediato na interação entre locutor e auditório. Como argumentos e premissas temos os valores e lugares que acabam por influenciar atitudes no meio social e de convívio, como também essas premissas devem ser bem elencadas no momento de proferição do discurso, na interação “face a face” com o auditório, para que não percam seu valor argumentativo-persuasivo.

Interessante lembrar que o “*referente*, em LT, sofreu radical transformação: saiu da relação entre expressões referenciais e marcas cotextuais explícitas para uma entidade construída de forma conjunta, negociada, e, ao mesmo tempo, representada na mente dos participantes da enunciação.” (BENTES; LEITE, 2010, p. 235). Este pode ser um recurso que estabelece uma estratégia capaz de modificar contextos (opiniões), com o intuito de convencer, persuadir um público-alvo. Como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) a seleção de determinado termo no discurso tem a ver com o contexto em que se situa o modelo textual, com a intenção do falante no processo de construção do referente e com o intuito persuasivo para atrair um público-alvo. Vejamos, agora, o exemplo (2):

- (2) Quero hoje reafirmar o meu compromisso com a educação, com você estudante, com você professor, com vocês merendeiras, serventes e porteiros. Entendo que a educação é a coluna vertebral de uma sociedade, defenderei na câmara de vereadores uma educação pública, gratuita e de qualidade e para isso, Simão Dias, preciso garantir a valorização dos profissionais da educação; e a escola precisa ser um ambiente de aprendizagem, onde as pessoas trabalhem e estudem com dignidade. A minha trajetória profissional e política se confunde com a luta por melhorias na educação. Sinto-me, professores e estudantes, credenciado a pedir seu voto, você me conhece, eu tenho compromisso com Simão Dias, eu tenho compromisso com você.” (Candidato B)

Observamos que o autor do texto (candidato a vereador), ao iniciar o seu discurso, introduz a expressão referencial “o meu compromisso com a educação” com um propósito argumentativo, em que essa expressão nominal definida traz um ponto de vista de forma avaliativo. Nessa construção intervêm não só o saber construído linguisticamente pelo próprio discurso e pelos conteúdos inferenciais que surgem a partir dos elementos nele presentes, como também os saberes, opiniões e juízos mobilizados no momento da

interação. A reação dos interlocutores poderá ser de consenso ou de discordância, dependendo da imagem construída e/ou reconstruída pelo sujeito no momento da sua fala. O que se procura realçar, nesta análise, é a complexidade estabelecida no interior do próprio texto/discurso e as diferentes implicações do contexto.

Considerando o exposto, vale ressaltar, que a expressão linguística “o meu compromisso com a educação” é apresentada no cotexto (superfície textual) como se já fosse conhecida, partilhada com os interlocutores, segundo suas intenções. O que pode evidenciar isso é que essa expressão vem introduzida por um artigo definido, que, em consonância com Cavalcante 2012, indica para o interlocutor que ele já deve, de alguma forma, saber do que se trata, isto é, da recategorização dos referentes, de forma bastante complexa, visto que esse fenômeno não se limita apenas à identificação do *objeto de discurso* no modelo textual.

Com a introdução desse termo, o orador vai preparando o terreno para novas informações que serão acrescidas a partir da ativação de novos referentes (“estudante”, “professor”, “merendeiras”, “serventes” e “porteiros”), como também já vai mostrando a sua aproximação com esse público a que se refere. Ao utilizar a forma dêitica “você(s)”, pessoa(s) a quem o sujeito do discurso se refere ([...] com você estudante, com você professor, com vocês merendeiras, serventes e porteiros), ele busca uma maior aproximação com esse público e uma maior adesão à sua causa. Há também outra aproximação e tentativa de aderência ao usar a expressão “Simão Dias” no meio do texto, como forma de personificação do povo simãodiense (público-alvo).

Em (2), a expressão “esse compromisso” também é evidenciada e reforçada ao mencionar a pista linguística “credenciado” que contribui para o critério da aceitabilidade (daí o produtor tê-la colocado ao final do texto) que é “a contraparte da intencionalidade” (KOCH, 2009, p. 42). É a decisão e o modo do interlocutor em aceitar a proposta do autor que é evidenciada.

Ao mencionar as expressões nominais “estudante”, “professor”, “merendeiras”, “serventes” e “porteiros” e posteriormente a expressão “profissionais da educação” o produtor se utiliza das relações meronímicas, trazendo pontos de vista não só léxico-semânticos, mas também cognitivo-textuais, pois aloca traços distintivos dos referentes, à medida que divide a entidade “educação” em alguns de seus componentes principais (“os profissionais”). Essa estratégia não deixa de estabelecer relação com a metáfora “coluna vertebral da educação” no sentido de estruturação, sustentação e composição. As relações

meronímicas são tratadas e estudadas nos dois domínios retratados nesta pesquisa, na Linguística Textual e na Retórica.

Desse modo, é interessante citar o fenômeno da situacionalidade que se dá de duas maneiras: (i) da situação para o texto, que é o conjunto de fatores que torna o texto comunicável; é quando se determina qual a situação, qual o contexto, qual o ambiente, que interfere na produção/recepção do texto; e (ii) do texto para a situação, que são os aspectos, o modo de ver o mundo que o produtor utiliza para construir um discurso, lembrando que “o texto tem reflexos importantes sobre a situação, visto que o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real” (KOCH, 2009, p. 40).

Há ainda a retomada do referente “educação” através de um novo sintagma “escola” que assume o papel de anáfora indireta, pois traz novamente o ambiente educacional só que de maneira recategorizada assinalando, desta forma, o espaço físico. Como também a expressão “para isso” que transmite um poder encapsulador e retoma indiretamente (posicionando) o contexto anterior que vem sendo destrinchado no texto/discurso e dá seguimento ao modelo textual, colaborando para a construção da sua coerência.

Nesse modelo textual, é marcante a presença da metáfora, a qual é utilizada no início do texto/discurso e orienta toda a construção textual-discursiva e persuasiva. Ela estrutura o texto baseada na significação que a própria figura de linguagem representa. Ou seja, o aspecto estruturante, evidenciado na construção de sentido que a afirmação “[...] a educação é a coluna vertebral de uma sociedade [...]”, torna-se uma estratégia argumentativa de grande valia nesse contexto retórico, pois o orador deixa inferir que a educação, como bem universal, estrutura uma sociedade, o seu *ethos* (de professor) e o próprio texto, já que ele se utiliza de outros referentes periféricos para compor o referente central (a educação) quando menciona todos os indivíduos que compõem o universo educacional: estudantes, professores, merendeiras, serventes e porteiros.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a metáfora é o tropo por excelência, é utilizar a significação de uma palavra para atender à construção de sentido de outra, sua essência se completa no cognitivo e no conhecimento cultural, enciclopédico e social do indivíduo. Esse autores ainda assumem dizer que é numa relação de analogia que essa figura expressa seu verdadeiro valor. É nessa concepção de analogia que se enquadra o modelo textual acima, pois faz uma comparação com a realidade da educação no sentido

geral e no sentido particular, também, já que sua intenção argumentativa é atingir seu público, seu auditório, seus eleitores.

A metáfora reconstrói a realidade, a nossa realidade, faz partes de nossas atividades discursivas, é o sentido existente como também gerado e, por vezes, ornamento. Ela nos ajuda a enriquecer nossos modelos textuais, a dar forma aos nossos objetos de mundo e nos ajuda a interpretar as experiências do nosso cotidiano. Além disso, também infere valores e princípios que são revestidos de verdade, marcando a presença da verossimilhança, tão retratada nesse trabalho. Lima (2007), citando Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995) afirma que

as recategorizações metafóricas estão alocadas no subtipo argumentação, definido pelos autores como uma recategorização com um propósito argumentativo, em que a expressão pode tomar a forma de uma metáfora e/ou de um lexema axiologicamente marcado, isto é, aquela que acrescenta um ponto de vista de forma avaliativa [...] (LIMA, 2007, p. 82).

Recurso bastante utilizado por nossos políticos em geral, os quais procuram reconstruir seus discursos de acordo com suas intenções persuasivas, buscando associar as metáforas a outros elementos linguísticos, como também extralinguísticos. Esse recurso linguístico-discursivo é bastante presente tanto na dimensão retórica, estabelecendo intenções argumentativo-persuasivas, como na referenciação, reconstruindo os sentidos do texto, elaborando e reelaborando os objetos de discurso, as realidades e moldando seus referentes a partir de contextos múltiplos. Assemelhando-se à própria língua, a qual dá contorno ao mundo, às nossas ações, e possibilita a construção discursivo-metafórica da realidade.

- (3) Amigo e amiga de Simão Dias, o povo está cansado das promessas de mudança. Já se foi o tempo em que um político trocava promessas impossíveis por um voto sem esperança. A humanidade está mudando, hoje são muitos os cidadãos que mantêm os olhos e ouvidos abertos para saberem o que querem na hora de votar. Eu [...] sei e você também sabe que a pior doença que ainda existe na política é a falta de compaixão, são poucos os políticos que se preocupam em dar as mãos para construir um trabalho com compromisso e humildade. Como filha de feirantes, eu [...] aprendo a importância de ter duas qualidades: ter humildade para saber ouvir e respeitar as pessoas, e ter coragem para trabalhar. Só com o trabalho digno Simão Dias poderá crescer, não é

com a promessa de mudança, e sim, inovação, que esta cidade será reconhecida como a joia da coroa de Sergipe. Simão Dias não pode ser vista como “quintal” de outras cidades, Simão Dias é forte, Simão Dias tem independência. Nossa cidade possui uma agricultura e um comércio com chances de crescer ainda mais, não falta oportunidade para gerar emprego e renda para todos. Também temos uma cultura popular que precisa ser lembrada, o trabalho e a arte de nossos artesãos e artesãs que mantêm a tradição desta cidade viva. Vote em [...] (Candidato C).

Nesse discurso (3), o autor inicia tentando ser atual e realista, expondo o contexto político global em que vivemos. É um discurso apresentado por mais um candidato do mesmo contexto político: o simãodiense. O referente “(d)as promessas de mudança” é mais de uma vez recategorizado no cotexto e, principalmente, no contexto. Enquanto alguns candidatos exaltam a questão da mudança positivamente, esse modelo textual introduz essa expressão referencial de forma negativa (“[...] o povo está cansado das promessas de mudança”). Mais um indício de que o termo “mudança” é propício a debates e/ou grandes discussões naquela localidade, não é apenas um termo utilizado no sentido geral, no seu sentido próprio, ele remete a uma situação de polêmica no contexto político desta cidade.

Em (3), observamos que ao invés do uso do termo “mudança”, esse enunciador sugere o referente “inovação” que em outro contexto e em outras situações poderia substituir e/ou causar os mesmos efeitos de sentidos do sintagma nominal “mudança”. Mas, nesse caso, não é isso que ocorre. O orador infere que não é necessário que mude (no caso o partido político), mas apenas para os que já estão no poder, “inovarem”, trazer ares diferentes e novos aspectos para este município.

Outro referente muito significativo para o auditório, para o contexto social e político desta cidade está representado pela forma nominal “Simão Dias”, citada pelo orador (“Simão Dias não pode ser vista como ‘quintal’ de outras cidades [...]). Nesse enunciado, vamos encontrar o sintagma nominal “quintal”, utilizado de forma conotativa, indica denotativamente algo isolado, que o coloca para trás, por último. No texto (3), esse termo vai muito além do que se pode imaginar e depreender no momento que se lê/ouve o pronunciamento acima, pois ele remete a uma questão social e cultural que permeia os habitantes desta cidade. Ela faz menção ao ato de Simão Dias ser sempre mencionado e ridicularizado em virtude do prestígio e prioridade que uma cidade vizinha possui, principalmente, em relação a questões de investimento público. Daí a atitude desse orador

em utilizar a expressão referencial “quintal” para compor sua intenção persuasiva, destacando o social como também o emotivo, caracterizado pelo “amor a terra natal”, pelo sentimento de origem, mostrando-se ao lado dos habitantes deste lugar e companheiro de luta contra esse tipo de humilhação.

Essa expressão, “quintal”, pode ser considerada um rótulo discursivo, pois é um elemento não especificado no texto e precisa de um contexto amplo para ser interpretado coerentemente com a situação elencada. Sendo os sentidos do texto reforçados pelo atributo que se opõe a expressão “quintal”, como “forte” e pela forma nominal “independência” os quais sinalizam o propósito do discurso. Esse fato se alinha com o desenrolar do texto renomeando uma extensão do modelo textual. Como já mencionado anteriormente neste trabalho, a verossimilhança está presente na maioria das recategorizações linguístico-discursivas através da ação de transformar o referente com base na sua intenção, de fazer julgamentos, de atribuir valores e significações, construir uma imagem de alguém, de uma coisa ou, até mesmo, de uma sociedade.

Através dessa verossimilhança, percebemos nos discursos políticos uma disputa de verdades entre os partidos políticos, como também uma disputa de poder evidenciado pela demarcação no discurso, da propriedade e autoridade quando elenca algum argumento ou premissa. Essa autoridade e essa propriedade na fala são marcadas, nesse exemplo (3), através do argumento da simplicidade, no qual o autor demonstra estar ciente dos fatos por ser povo, por ser gente como aqueles de quem almeja o voto, por ser “filha de feirantes” e por saber das riquezas e das necessidades do auditório.

Nesse exemplo (3), essa *simplicidade* do orador (“Como filha de feirantes, eu [...] aprendo a importância de ter duas qualidades: ter humildade [...] e ter coragem para trabalhar”), como também as expressões em destaque “ter humildade” e “ter coragem”, que têm como função apresentar a posição do enunciador, são trazidas no texto como valores universais, como premissas aceitas pela maioria e que cabem a todo e qualquer cidadão. Essas teses universais, muitas vezes, são utilizadas como truque retórico para atingir um auditório particular, interesses particulares e intenções pessoais, como se pode depreender do discurso acima.

Um aspecto que sempre está presente nos discursos políticos é a questão do poder. Charaudeau (2013), quando fala desse tipo de discurso afirma que linguagem e ação andam juntas, a própria utilização da linguagem já exige certa troca social, certa credibilidade e uma reciprocidade. Quando falamos ou escrevemos, há uma exigência e/ou necessidade de

outro indivíduo, por alguém que possa lhe retribuir uma reação diante da sua ação intencional e discursiva, ou seja, todo ato de linguagem exige um interlocutor para que se possa estabelecer uma interação, seja de concordância com seus valores e intenções ou não. “Nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele” (CHARAUDEAU, 2013, p. 16).

Em (3), destacamos, também, a expressão referencial “a joia da coroa de Sergipe”, que carrega em si o tom de poder, de importância e autoridade. O orador utilizou-se dessa expressão para evidenciar tanto o seu poder almejado como a situação a que poderá ficar a cidade em questão, se ele adquirir seus objetivos. O autor coloca o auditório numa situação decisiva, ele estabelece o enfoque comunicacional através de suas intenções e não deixa de se colocar em uma posição de dominante e o outro em uma posição de dominado, estabelecendo, desta forma, uma relação de poder. “Assim, pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2013, p. 17), como no exemplo seguinte:

- (4) Caro eleitor, porque votar em mim (nome do candidato)? Porque eu, como vereador, busquei defender através dos projetos de minha autoria melhorias para os menos favorecidos, defendendo o direito dessa gente com muito amor, coragem e determinação. E como cristã, favoreci ao Reino de Deus, com projetos onde o nome Dele pudesse ser assim glorificado. Por isso votem em [...]. (Candidato D).

Nesse discurso (4), observa-se a presença de valores universais como estratégia para estabelecer o acordo retórico. O que nos chama atenção, obviamente, é a utilização do argumento religioso (“E como cristã, favoreci ao Reino de Deus [...]”) para a construção do processo persuasivo. Como se pode ver, o enunciador se utilizou do sentimento religioso para atingir o emocional do auditório, envolvendo valores como o respeito e a adoração. Assim sendo, ele faz da religião o seu argumento de autoridade, pois leva ao auditório juízo de valores existentes no domínio cristão, como o respeito, a admiração, a verdade religiosa. Como se percebe pela descrição, dominado pelo prestígio que esses princípios estabelecem o auditório não vê outra saída a não ser conceder credibilidade a este orador quem “vos fala em nome de Deus”.

“Para nós, [...] o argumento de autoridade é de extrema importância e, embora, sempre seja permitido, numa argumentação particular, contestar-lhe o valor, não se pode, sem mais, descartá-lo como irrelevante [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348). É o que acontece nesse texto/discurso, possa ser que haja algum indivíduo que não leve em consideração a lealdade desse orador com a religião, porém a maioria jamais irá contestar preceitos divinos e ainda mais, como no caso, testemunhos de vida. Meyer (1998, p. 128) afirma que “a retórica nasce da consciencialização da distância entre os locutores, tendo de ser diretamente negociada ou afirmada, e deste modo surge a valorização do locutor”. Ou seja, ele diz que a iniciativa do orador em buscar uma autoridade que o legitime está de acordo com uma intenção persuasiva que busque diminuir a distância até seu auditório. Para esse autor,

O *ethos* desempenha então um papel mais determinante: a credibilidade daquele que fala e propõe, a sua autoridade, porá ponto final nas dúvidas, teoricamente sem fim, sobre as respostas propostas. De resto, a autoridade assenta frequentemente na institucionalização: o papel social e o “lugar” que o orador ocupa (“é ou não um especialista na questão?”, pergunta-se o interlocutor). (MEYER, 1998, p. 36).

Os argumentos de autoridade servem para confirmar uma tese, um ponto de vista ou uma intenção e atribuem credibilidade a quem o orador enuncia ou propõe. O que se espera é que eles sejam e estejam de acordo com a postura e ideias defendidas do enunciador, mas, principalmente, que sejam reconhecidas e aceitas pelo auditório. O autor desse último exemplo (4) se dispõe desses fatos para construir seu discurso, e não só cita o aspecto religioso como argumento de autoridade em uma parte do texto, como demonstra sua credibilidade diretamente baseada nele e como um porquê de seus propósitos. Vamos ver mais este exemplo:

- (5) Meus amigos e minhas amigas, vocês sabem que não venho de família que tem histórico de vida pública, mas quem não conhece a família dos saudosos x e y, homens simples que souberam educar seus filhos com trabalho, honestidade, respeito, homens que são para mim exemplos. Todos os simãodienses sabem que eu tenho experiência como administrador e que sou respeitado como empresário não só aqui em Simão Dias, nunca tive nada fácil, tudo que construímos é fruto de muito esforço e de um trabalho somado a dedicação da minha família e dos nossos funcionários. Os meus adversários dizem que nunca fiz nenhuma obra em Simão Dias, mas como poderia fazer se nunca

ocupe nenhum cargo público. Como cidadão, o povo de Simão Dias pode dizer quem sou. Mas eu nunca fui prefeito como posso já ter colocado calçamento de ruas, botar água encanada ou fornecer atendimento médico de qualidade, quem já foi prefeito por 3 vezes é quem tem que dar explicação ao povo que sofre e que clama por melhorias, porque com tanto tempo de mandato, só agora é que se lembram das necessidades e promessas anteriores. Meus amigos, não precisa ser nenhum intelectual para ver o quanto Simão Dias poderia ter mais. A insatisfação do simãodiense está expressada nos movimentos das ruas, sabemos que a nossa cidade é rica de pessoas inteligentes, íntegras, e que seriam capazes de administrar nossa cidade com zelo, respeito e honestidade, mas aqueles que sempre viveram do poder público não querem descer do trono. Deve ser por isso tanta agressividade, tanta raiva, tanta perseguição, tanto constrangimento a você que é livre para avaliar, para escolher seu candidato. A família tal (nome do outro candidato) não é dona da cidade nem do povo, o artigo primeiro da nossa constituição federal nos garante que o poder emana do povo, o povo é que é soberano. Nós vivemos numa democracia e mesmo que alguns não queiram, o povo tem o direito de se expressar, de reprovar e de fazer escolhas novas. Já passou o tempo em que só podiam ocupar poder quem fizesse parte de um determinado grupo na sociedade. O coronelismo acabou, a história muda, a democracia é isso, é a alternância no poder, é o poder nas mãos do povo, é a possibilidade de pessoas simples disputar nas eleições e atender ao grito de insatisfação e pedido de socorro de um povo que só é lembrado de 4 em 4 anos. Por isso peço seu voto para construir uma Simão Dias onde a expressão do seu povo não seja censurada, onde as pessoas não sejam constrangidas e nem obrigadas a nada. Vote na possibilidade, vote x, vote em x e y, escolha um vereador da nossa coligação, muito obrigado e vamos todos fazer de Simão Dias um lugar melhor para se viver. (Candidato E)

O texto (5), acima, menciona a questão da simplicidade mais de uma vez na sua progressão textual (“Meus amigos e minhas amigas, vocês sabem que não venho de família que tem histórico de vida pública”, “[...] homens simples que souberam educar seus filhos com trabalho, honestidade, respeito, homens que são para mim exemplos”), assinalando a utilização desse argumento universal como estratégia persuasiva. Além de mencionar explicitamente a questão do ser simples, ele constrói seu discurso também numa linguagem simples, acessível ao ouvinte. Instiga a credibilidade do auditório colocando como prova essa simplicidade concretizada na tradicionalidade de sua família mencionada no início do

texto, e ainda deixa transparecer que uma pessoa simples pode e, até deve, administrar uma cidade “como esta repleta de pessoas simples e honestas”.

O ornamento e a linguagem rebuscada ou bem elaborada é uma das marcas principais no discurso político, é objeto de análise da retórica e, também, enriquece as recategorizações na LT, sendo bastante persuasivo construção dos sentidos do texto/discurso. Porém, outras estratégias linguística, discursiva, argumentativo-persuasiva e até mesmo referencial, bastante eficazes para levar à ação, são de extrema importância na elaboração e utilização dessa linguagem simples que abusa da construção e reconstrução de referentes e de outras estratégias de referenciação. Com um linguajar corriqueiro, do dia a dia, o político se coloca como parte integrante desse povo e ativa o acordo com o auditório, com o interlocutor como também ativa fatores cognitivo, histórico, cultural e social do indivíduo, despertando a sua credibilidade.

Ao se colocar como uma pessoa humilde (“[...] quem não conhece a família dos saudosos x e y, homens simples que souberam educar seus filhos com trabalho, honestidade, respeito, homens que são para mim exemplos”), que possui a simplicidade na sua origem, o orador elucida tal condição com vistas a um aspecto multifacetado. Ao mesmo tempo em que mostra seu caráter genuíno, de representante do povo, também se mostra interessado em assumir o poder, em se tornar administrador desta cidade de povo simples e lutador. Assim, buscando atender uma dupla necessidade, o locutor parte de dois *lugares argumentativos* (utilizando-se, assim, do preferível como estratégia), o de cidadão simples e o de administrador honesto e capaz. O “eu” é singular e é plural, é o agente propulsor da mudança e assume dois papéis enunciativos.

Temos, neste exemplo, um caso de recategorização sem menção referencial explícita, pois a partir do que lança na progressão textual, na construção do seu discurso, o orador faz com que resulte numa construção de algo externo ao texto, algo que não está dito claramente através dos sintagmas nominais explicitamente. É preciso conhecer o contexto social e imediato, conhecer a história de vida deste candidato, conhecer a situação política, partidária e econômica da cidade, enfim, estabelecer um acordo com seu auditório para que este possa identificar os elementos inferenciais e primordiais do texto/discurso e ser persuadido por ele.

A imagem da população simão-diense também aparece em dois planos, como agentes de mudança, de propagadores da simplicidade e como objetos privilegiados dessa mudança. Percebemos isso no momento que diz que qualquer um simão-diense poderia

administrar a cidade com louvor. Os referentes (“Meus amigos e minhas amigas”, “Todos os simão-dienses”, “o povo de Simão Dias”) construídos nesse modelo textual discursivo atravessam o liame do texto e buscam significação no contexto real do auditório, uma vez que a população sabe da verdadeira situação em que se encontra o cenário político da sua cidade.

Outro caso de recategorização sem menção referencial explícita é a construção da identidade do povo simão-diense, pois além de já ter construído uma imagem do candidato, a qual não está explicitada no modelo textual, constrói também o modo de vida de um povo, enaltece a população e, ao mesmo tempo, estabelece um acordo com o auditório lançando as premissas.

Ele se utiliza também do fator intertextualidade, citando a Constituição e mostrando que sua premissa faz analogia com a lei, pois, como ele reconhece a democracia, ele afirma que o poder emana do povo, assim também é o texto legal. A questão do poder, que também é retratada nesse exemplo, remete a questão da negação de um partido que se mostra dono da razão, do povo e do lugar que governa. O orador, ao mesmo tempo, que nega esse poder autoritário propõe um poder simples, popular, o qual emana do povo. Traz ainda, nesse ponto, a questão “do coronelismo”, regime político muito utilizado nos tempos antigos e, principalmente, em cidades pequenas, como é o caso do contexto em questão, e nega sua permanência naquele lugar.

No tocante ao coronelismo, eis um assunto bastante polêmico no contexto em questão. Diz respeito a certo partido político de bastante influência na cidade e que já está no poder há muito tempo é considerado por alguns algo ultrapassado e dominador; e por outros como experiente e sabedor das necessidades do município por fazer parte dele. Por isso, o fato de esse assunto estar rodeando os discursos citados, direta ou indiretamente, por ser a realidade do povo, por ser uma questão que os indivíduos lidam no dia a dia, daí sua importância no debate. Veja neste exemplo:

- (6) Meu nome é [...], candidata pelo Partido “x” com o número “y”, venho mais uma vez pedir humildemente o seu voto, para que juntos possamos implantar novos e úteis projetos que beneficiem a todos, porque um trabalho honesto dignifica o homem. O seu voto não tem preço, tem consequências. Para vereadora [...] com o número “y”. (Cand. F)

Em (6), o discurso é construído com base em questões de valor e ética na política. O autor se utiliza de expressões como “um trabalho honesto”, “O seu voto”, “consequências” para destacar um problema de muita discussão no contexto político no nosso país: “a compra de votos”. E, inferencialmente, demonstrar que sua intenção não é se utilizar desse estilo de fazer política. Isso não deixa de remeter à questão de poder, pois, para adquiri-lo há muitos meios antiéticos e imorais do ponto de vista universal, possuindo relação estreita com a ética e a moral, e, assim, fazendo menção ao acordo retórico quando menciona premissas e verdades universais, inerentes à grande maioria dos humanos.

Temos aqui outra recategorização que não menciona explicitamente o que constrói. Essa construção diz respeito ao estilo de fazer política, ao caráter político que ele quer evidenciar e suas “boas” intenções ao almejar o cargo em questão. Usa o real (honestidade) como verdade para atingir fins específicos.

É, pois, a partir do texto, do discurso, da construção persuasiva que essa ética, valores e premissas são expressos, são notados. Relacionando-se umas com as outras e (re)construindo referentes, entidades repletas de sentidos, explícitos e não explícitos, corroborando, assim, com propostas intencionais, dotadas de significados e preocupadas com a adesão de seus interlocutores, com a adesão de um auditório. Para Charaudeau (2013),

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço de persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito (CHARAUDEAU, 2013, p. 21).

Dá a importância do referente, do que é trazido e construído no texto. Diante desse quadro, em que se instauram palavra e ação (ou propensão à ação), podemos citar algumas atividades humanas como a utilização de expressões referenciais, o debate de ideias e a intenção de se levar à ação (no caso ao voto e a concordância de valores), falar e agir como contrapartes, buscando uma legitimidade que lhe é complexa, mas evidente. Diremos que essas atividades se definem segundo relações de força que exigem processos de regulação, que se desenvolvem segundo um jogo de dominação que lhe é próprio (CHARAUDEAU,

2013). O que significa dizer próprio do discurso político, da ação política como também do jogo persuasivo.

Leia-se força e regulação diante de uma situação de poder, de sujeito ativo que se utiliza desse princípio, dessa intenção para construir seu discurso e atingir seus objetivos, expondo referentes e tornando a língua cada vez mais viva e interativa, construindo e reconstruindo os sentidos. “Vê-se, uma vez mais, não apenas como a linguagem se funde à ação, mas também como a palavra política é *cheia de armadilhas*.” Segundo Charaudeau (2013, p. 23), a palavra política deve se debater entre “uma *verdade do dizer* e uma *verdade do fazer*, uma verdade da ação que se manifesta por meio de uma palavra de decisão e uma verdade da discussão que se manifesta mediante uma palavra de persuasão (ordem da razão) e/ou de sedução (ordem da paixão)”.

A palavra política como também a persuasão encontram-se nesse embate entre o dizer e o fazer, entre argumentar e levar a ação e só é compreendida no seu contexto situacional e interativo, daí sua significação completa (ou quase completa) só se concretizar fora do linguístico, no social, no cognitivo e no cultural. Assim, “à adesão a certos usos linguísticos é normalmente a expressão de tomadas de posição, explícitas ou implícitas, que não são nem o reflexo de uma realidade objetiva nem a manifestação de uma arbitrariedade individual” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 580). É o conjunto da obra.

- (7) Prezados ouvintes, hoje gostaria de reforçar a ideia da importância de escolher representantes que possam dar uma resposta aos anseios do nosso povo. Povo esse que possui a principal arma da eleição que é a soberania do seu voto. Para muitos políticos, isto não tem muito significado, e às vezes o próprio eleitor acredita que os pagadores de promessa realmente cumprem com aquilo que prometeu. Ocorre que nenhum candidato a vereador deve fazer promessas das quais não possa cumprir, visto que o papel do vereador é muito importante, porém limitado. Não podemos confundir vereador com prefeito, e tão pouco conceber a ideia de termos ainda pessoas que pensam que iludem o povo, afinal estamos no século XXI e ninguém é “besta”. Assim, entendo que o eleitor deve ficar atento a esses candidatos que somente no período de eleição viram milagreiros. Todos nós somos sabedores da importância que um vereador tem, visto que ninguém melhor que um vereador para ter a consciência plena dos problemas do município. Ocorre que a ele cabe, tão somente, interpretar os anseios, necessidades e exigência do povo que o elegeu e também daqueles que por razões

pessoais votaram em outras pessoas. A um vereador cabe participar da formulação, discussão e encadeamento das soluções que atendam da forma mais ampla possível à essa exigência, colaborando para que a atividade política atue em sintonia com a vontade da comunidade. Vote no professor “x”, com o número “y” (Cand. G).

O orador deste texto inicia sua fala como se estivesse se distanciando do ambiente político, fala dos indivíduos políticos como se não tivesse a intenção de se tornar um, porém, desenvolve o modelo textual em terceira pessoa para assim demonstrar conhecimento de causa e entendedor do processo eleitoral e político.

Essas estratégias escolhidas são um truque retórico para persuadir o auditório ingenuamente e fazer com que o ouvinte interprete, desta forma, certa capacidade do indivíduo para o cargo. Para Charaudeau (2013), esse ato sinaliza um dos tipos de argumentos trazidos por ele, são os argumentos pela vontade do agir, o orador se propõe e se compromete com seu auditório em agir e cumprir o que elucida em seu discurso.

Como o texto anterior (5), ele menciona, indiretamente, a situação política atual envolvendo essa questão da ética, do compromisso e da honestidade para com a população. Não há como falar de promessas e não tocar nessas questões, as quais são alvos de grandes debates e polêmicas, mas que não deixam de se tornar presentes nesse ambiente de simulacros, de verdades universais, de verdades particulares, de reconstrução da realidade, de verossimilhança.

Muito se questiona sobre a *mentira* no universo político. O que poderia ser mentira? Algo hipotético que apenas vai de encontro a outras verdades? Ou algo que jamais poderá se tornar uma verdade? De acordo com tal autor, não há como negar a presença da mentira no universo político, sendo que não vai existir uma mentira por completo, e sim um referencial de valores e princípios entreposto na relação locutor-interlocutor. Corroborando com ele, o discurso político se interpõe entre a instância política e a instância cidadã, criando entre ambas um jogo de espelhos. Isso não obriga a colocar todas as fases desse jogo em um mesmo plano no olhar de uma ética política.

Enfim, conforme assinala esse autor sobre essas estratégias linguístico-persuasivas, todos esses procedimentos concorrem para dar ao discurso político uma aura de racionalidade, produzindo um efeito dramatizante. Aura essa própria do ambiente político, característica do ato de raciocinar e de elaborar o discurso com fins específicos, de um sujeito ativo e interativo que busca atingir a maior quantidade possível de adeptos, pois sabe utilizar os meios a seu favor. Para ele, “A boa escolha dos valores não é suficiente. A

instância política [...] deve saber apresentá-los; pode-se mesmo dizer que é na maneira de apresentar os valores que estes adquirem sentido no espaço público” (CHARAUDEAU, 2013, p. 97).

Essa tática, esse jogo discursivo faz menção ao contexto político local, a passagem de uma situação política constante e antiga para uma proposta com novos hábitos e costumes. Os referentes introduzidos, retomados e recategorizados remetem a um contexto de significação exterior ao ambiente puramente linguístico e se instauram na mente do auditório através de esquemas complexos. Dessa forma, os referentes utilizados na construção discursivo-persuasiva só são compreendidos no contexto (social, cognitivo, cultural), envolvendo questões de hábitos, modos de pensar, métodos de agir, ou melhor, pelas circunstâncias exteriores e pelas tradições conhecidas dos usuários. No caso, através do acordo retórico. Mas um acordo sobre o uso das expressões referenciais, assim como aquele concernente à concepção do real e à visão do mundo, ainda que seja indiscutido, “não é indiscutível: está ligado a uma situação social e histórica, a qual condiciona fundamentalmente qualquer distinção que se quisesse estabelecer entre juízos de realidade e juízos de valor” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 580). Portanto, o orador, no momento do seu discurso, deve deixar o auditório adepto a seus pontos de vista e concepções, na medida em que o sujeito/indivíduo é ativo e propenso a raciocinar se aquele referente e/ou se aquela expressão elencada no texto/discurso possui alguma intenção que não seja do seu agrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão foi construído, desde sua idealização, com o propósito de evidenciar a importância das estratégias referenciais e de construção e reconstrução de sentidos na elaboração de modelos textuais. Buscamos mostrar, aqui, que as estratégias recategorizadoras referenciais são fundamentais no processo de troca discursiva, social e cognitiva dos sujeitos em suas atividades comunicativas, intencionais e interacionais.

Ao unirmos referenciação e argumentação retórica, tivemos como objetivo evidenciar ainda mais as questões sobre processamento discursivo, social e cognitivo, os quais fazem parte das atividades linguísticas com que lidamos. Encontramos diversos pontos em comum nessas duas áreas do conhecimento e que se entrecruzam, enriquecendo, assim, o nosso olhar sobre o processamento textual/discursivo.

Ao chegarmos nessas últimas considerações, vemos que muitas questões surgem como reflexão a partir de vários pontos lançados no decorrer das leituras e demonstrações. Uma reflexão muito importante, que se pode depreender, diz respeito a uma questão geral sobre a linguagem e a reconstrução da realidade que nos rodeia: a de que o ser humano a utiliza para propósitos e intenções pessoais. Julgamos essa reflexão importante por se tratar da utilização da linguagem por indivíduos no universo político, os quais devem unir linguagem, retórica, discurso, estratégias referenciais, ética, dentre outros, para fins de convencimento e persuasão.

Diante do nosso objetivo geral, podemos dizer que o processo argumentativo evidenciado nos discursos em questão é caracterizado por uma argumentação por escolhas em que o sujeito possui suas opiniões, pontos de vista e intenções e, por conseguinte, escolhe os referentes de acordo com suas pretensões e com as pretensões do seu auditório com o intuito de estabelecer o acordo retórico e destacar um contexto extralinguístico. É nesse momento que a escolha e a comunhão (mencionadas tanto no campo da retórica quanto no da referenciação) aparecem como contrapartidas dum jogo discursivo bastante dinâmico e sociointerativo.

No tocante ao acordo retórico, foi objetivado neste estudo destacá-lo pelo fato de que sujeito, ouvinte e texto/discurso formam uma tríade primordial na utilização da linguagem, no conhecimento partilhado e no processo interativo em que na troca de referentes, de significações e de reconstrução de sentidos o material linguístico é utilizado

para inferir e para demonstrar um saber sociocognitivo diversificado que veicula de acordo com propostas intencionais.

Muitos postulados citados neste trabalho são como confirmados a partir das análises e demonstrações deste estudo como, por exemplo, a reconstrução de sentidos a partir da progressão dos referentes e da gradação das informações; a reconstrução da realidade a partir das ações dos sujeitos em utilizar a língua a seu favor, utilizar os elementos linguísticos (e até mesmo extralinguísticos) para compor e elaborar suas propostas intencionais de acordo com a negociação com seus auditórios; e, ainda, a recategorização sem menção referencial explícita evidenciada e caracterizada no estabelecimento do acordo retórico, pois mesmo que determinadas expressões suspeitem a inferência de determinado sentido no texto/discurso, só no contexto extralinguístico do auditório é que ele poderá ser realmente mostrado.

Outro ponto que merece ser lembrado são as teses universais e particulares, as quais muito trazem para o jogo discursivo-persuasivo. A construção e reelaboração dos referentes oscilam entre aspectos gerais ou universais e particulares ou específicos para compor suas propostas de sentido, mesclando forma, função, discurso, significação, persuasão, enfim, uma série de fatores que assinalam o modelo textual como um evento comunicativo de alta complexidade e riqueza de informações e conhecimentos.

Julgamos relevante trazer a argumentação retórica para um estudo de construção textual-discursiva pelo fato de a considerarmos um campo em que os raciocínios, transformações, “truques e devaneios” da linguagem se mostram mais evidentes e, por conseguinte, mais enriquecedores na elaboração e reelaboração de modelos textual-discursivos. Pois, como afirma Fiorin (2014, p. 12), “a retórica foi uma aventura do espírito humano para, na construção da democracia, em que são essenciais a dissensão e a persuasão, compreender os meios de que serve o enunciador para realizar sua atividade persuasória.”

Enfim, buscamos contribuir para os estudos no campo da Linguística Textual destacando a referenciação como atividade de alto índice de construção e reconstrução de sentidos e, aliada aos estudos da argumentação retórica, proporcionou às demonstrações uma completude e contribuição no entendimento dos aspectos presentes nos textos/discursos, corroborando ainda mais para a afirmação de que a referenciação (juntamente com os aspectos retóricos) está diretamente ligada com a construção da persuasão no discurso político.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *A linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. HEIDMANN, U.; MAINGUENEAU, D. *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010.
- APOTHÉLOZ, D.; PEKAREK DOEHLER, S. Novas perspectivas sobre a referência: das abordagens informacionais às abordagens interacionais. *Intersecções*, ano 4, número 2, 2011.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Rideel, 2007. Tradução de Marcelo Silvano Madeira.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães *et al.* Campinas, SP: Martins Fontes, 1989.
- BENTES, A.C; REZENDE, R.C. Texto: conceitos, questões e fronteiras [com} textuais. In: HANKS, William F.; BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato C; MACHADO, Marco Antônio Rosa. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdier e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.
- CAVALCANTE. M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: UFC, 2011.
- _____; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*. Piauí, v.12, n.2, 2010. P. 56-71.
- _____; *et al.* Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C; LEITE, M. Q. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. P. 225-261.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2013.
- CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. 16ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- _____. Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, SC, v. 12, n. 3, p. 839-858, set/dez. 2012.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas/SP: Ponte, 1987.

FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L. *Figuras de Retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

HANKS, William F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdier e Bakhtin*. Organização: Anna Christina Bentes, Renato C. Rezende, Marco Antônio Rosa Machado; revisão técnica: Anna Christina Bentes, Maurizio Gnerre. – São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. 4ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEITE, R. L. Da recategorização metafórica à metaforização textual. In: CAVALCANTE, M. M. *et al* (Org.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 104-122.

LIMA, S. M. C. de. Recategorização metafórica e humor: uma proposta classificatória. In: CAVALCANTE, M. M. *et al* (Org.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística textual: o que é e como se faz*. Recife, UFPE. Séries DEBATES.V1, 1983.

MEYER, M. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*, Lisboa: Edições 70, 1998.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In CALVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A.; (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. São Paulo: Parábola, 2008.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução Rodolfo Ilári. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VASCONCELOS, B. A. *Ciência do dizer bem: a concepção de retórica de Quintiliano em Instituto oratória*, II, 11-21/ Beatriz Avila Vasconcelos. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.